

MULHERIO

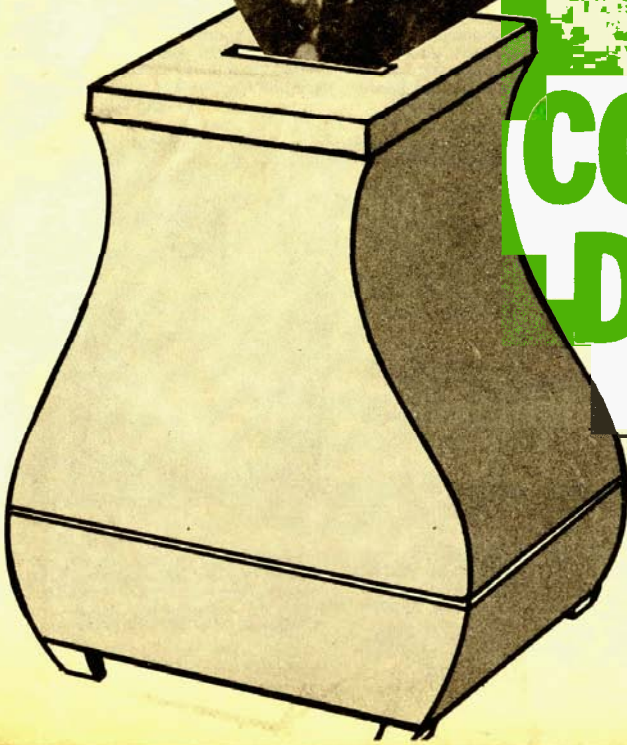
Ano VI
nº 25
São Paulo
Brasil
mar/ago
1986
Cz\$ 10,00

O manifesto masculinista
tem um quê de feminismo.



TE POR UMA CONSTITUINTE DESTITUINTE

(do machismo, da desigualdade,
dos preconceitos...)



As mudanças vão aparecendo aos poucos. Aumento considerável do número de assinantes, reorganização interna, criação de departamentos, atendimento caso a caso da leitora ou leitor assinante, consolidação de um Conselho Editorial. Mudanças que concretizam, enfim, muito daquilo que já foi prometido.

Antes de agilizar sua periodicidade, temos pela frente uma edição do **Mulherio em novembro**, outra em fevereiro. Queremos levar (com as suas e nossas excelentes idéias) as melhores informações ao maior número possível de pessoas — informações que serão multiplicadas por homens e mu-

lheres em sua vida pessoal, política, profissional.

Já às vésperas das eleições, falamos da mobilização das mulheres em todo o país para garantir nossos pontos de vista na nova Constituição. O que não vai ser fácil, veja-se o dinheiro empenhado pelas forças conservadoras, como os leilões de zebu da UDR — União Democrática (sic) Ruralista —, em várias candidaturas. Também por esta razão, damos neste número as conquistas das mulheres na área rural, pagas às vezes com a morte. A imagem das índias está aí, lembrando-nos desta nossa face étnico-cultural.

CARTAS

Mulherio na Austrália

Prezadas amigas,

Esta semana tive o prazer de fazer duas descobertas significativas. Uma delas foi conhecer Nanda Duarte em Sydney, que está fazendo um estudo sobre as brasileiras na Austrália, e por meio dela fiz a segunda descoberta, que foi o **Mulherio**. Por coincidência estudo psicologia na

mesma universidade onde estuda a Nanda, mas ainda não a conhecia. Nos últimos anos tenho trabalhado para o Depto. de Imigração Australiano fazendo traduções, principalmente de folhetos informativos sobre os programas e serviços sociais que existem para os imigrantes. A maioria dos folhetos são destinados para a parte em maior desvantagem — ou seja — a mulher imigrante.

A respeito disso, a descoberta de um

jornal como o **Mulherio** vai me permitir ver os progressos na abertura da visão da mulher no Brasil em primeira mão. Já tirei fotocópias dos quatro exemplares que peguei emprestado e estou lendo com entusiasmo! Um abraço carinhoso,

Monica Bray

Neutral Bay, Austrália

O mesmo carinho para você, Monica. É bom saber que **Mulherio** chega tão longe, recebido com tanto calor...



Homossexuais

Companheiras:

Desde a formação dos primeiros grupos feministas no Brasil, nós homossexuais notamos, sensibilizados, que a discussão sobre o tema MINORIAS não nos excluiu como discriminados e oprimidos. Este fato, inclusive, serviu-nos de estímulo para fortalecer nossa luta: já não nos encontramos assim tão sozinhas.

Agora, no momento em que se aproxima a data de elegermos porta-vozes à Assembleia Nacional Constituinte, temos notado, ao menos aqui em São Paulo, que se arrefecem as manifestações femi-

nistas solidárias à dos homossexuais (masculinos e femininos). Isto é lamentável.

Nós, homossexuais, não deixaremos de lado a luta de todas as minorias, sejam elas sociológicas ou numéricas e, neste momento, nossos grupos organizados pelo país reivindicam a inclusão, no capítulo das garantias individuais, da expressão "respeito à orientação sexual", tipificando como crime passível de punição, estabelecida em lei, toda e qualquer discriminação contra a orientação sexual de cada um, seja homo ou heterossexual.

Contamos com o seu apoio, pois este é o único caminho para construirmos a democracia brasileira, livrando-a das discriminações odiosas que têm levado enormes massas de nossa população à marginalização, opressão e exploração. É hora, portanto, de todas as minorias organizadas se unirem nesta luta histórica. Com muito carinho

Ubiratan da Costa e Silva
São Paulo, SP

Você está certo, Ubiratan. Pode contar conosco. O endereço para correspondência é Movimento pela Livre Orientação Sexual, Caixa Postal 22196, 01499 - São Paulo, SP.

Ser Mãe...

À equipe do **Mulherio**

Adoro escrever para vocês, e dessa vez é pra contar como foi o nosso dia das mães. A história começa quando começamos a pensar o que fazer nesse dia. Ou melhor, o Fórum de Debates da Mulher, que congrega vários grupos autônomos e ligados ao partido, decidiu que deveríamos discutir a maternidade nesse dia tão sublime.

A confusão começou quando propus a

várias mulheres que escrevessem sobre o que era ser mãe para elas. A resposta que encontrei é que eu era louca, que era muito difícil escrever sobre esse assunto. Resolvi aceitar o desafio e acabei escrevendo um artigo para o jornal daqui. Quase não entrego o artigo para o jornal, pois as mulheres disseram que todas sentiam aquilo, ou seja, raiva de seus filhos, mas que não falavam nem para a melhor amiga sob o risco de serem chamadas de mães desnaturadas. A única mulher que havia topado escrever sobre o assunto acabou

escrevendo mais de dez páginas, molhadas de lágrimas, pois descobriu segredos que nunca imaginara.

O assunto foi discutido com mais ou menos umas setecentas mulheres de vários grupos, em festas de colégio, em associações de bairros.

Beijos para vocês,

Elisabeth Bittencourt

Caritas Brasileira, escritório regional de São Luís, Maranhão
Beijos para você também, Elisabeth. E força no trabalho por aí



MULHERIO

Editora: Inês Castilho; Editora-Assistente: Maria Lúcia de Barros Mott; Secretária de Redação: Pérola Paes; Diagramação: Nivalda Correa; Comercial-Administrativa: Zoraide Ber-

Mulherio 2

tussi; Financeiro: Wilson Roberto Bekesas
Colaboraram neste número, além das pessoas que assinam matéria: Albertina de Oliveira Costa, Ana Matilde de Mesquita Sampaio, Carmen Barroso, Maria Inês de Castro.

Jornalista Responsável: Inês Castilho.
Mulherio é uma publicação do Núcleo de Comunicações Mulherio, redação e administração

à rua Cunha Gago 704, 05421 São Paulo, SP, Brasil, fone (011) 212-9052. Composição e Impressão: Companhia Editora Jorués, rua Arthur de Azevedo 1977, São Paulo, SP, fone (011) 815-4989.

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal. Reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Contribuam para a publicação deste jornal a Fundação Ford do Brasil, a Evangelisches Missionswerk (Hamburgo, Alemanha) e World Council of Churches (Genebra, Suíça).

Tiragem desta edição: 5.000 exemplares.

Capa: Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982) na Constituinte de 1934.

1986: INÍCIO DA DÉCADA MASCULINISTA

Este é sem dúvida um momento histórico: os homens deixaram de se considerar a humanidade e descobriram-se a outra metade, com gostos, preferências, carências. Como todo início de movimento, a MMN (Movimentação Masculinista Nordestina) é um tanto radical, queixosa e acusatória. Temos certeza que, com o passar do tempo, algumas de suas afirmações serão revistas...

Publicado pelo Pasquim São Paulo na semana de 24 a 31 de julho, o autor do Manifesto é o desconhecido Marcelo Mário de Mello, que será bem-vindo pelo Mulherio — onde esperamos muitas cartas debatendo este fenômeno que marca o início de novos (e melhores) tempos nas relações sexuais.



crianças etc. Em contrapartida, ensinaremos às mulheres: trocar pneu de carro, bujão de gás e fusível; dar porrada, atirar e espantar ladrão, matar baratas e ratos.

— Pela paternidade responsável e contra a gravidez e os filhos serem utilizados como elementos de chantagem sentimental contra nós.

— Pelo respeito à instituição masculina.

— Protestamos contra o fato de nosso órgão de amor ser representado simbolicamente por espadas, canhões, porretes e outros instrumentos de agressão e guerra. Só aceitamos a simbolização a partir de coisas gostosas e sadias: chocolates, biscoitos, bananas, batons, picolés, pirulitos etc.

— Denunciamos como principais vias condutoras do machismo: as vozinhas cândidas, as mulherzinhas doudocas, as mãezinhas possessivas e as professoras assexuadas.

1 Nas questões ligadas à discriminação e aos papéis sexuais, as mulheres já estão na sua (com 180 grupos feministas organizados), os homens idem, os bi também, e até os machões se organizam e se solidarizam, como se viu no caso daquele cara que ferrou a mulher no rosto e teve o apoio da Associação dos Maridos Traídos, fundada no Ceará. Todos os setores se mobilizam. E como ficamos nós, que não somos mulheres, nem homossexuais, nem bi, e rejeitamos o modelo machista que nos é imposto desde criancinhas como marca da masculinidade?

A resposta está no **Masculinismo** — uma movimentação crítica, auto-crítica, reivindicativa, desfrutativa, solidária e convival. Sabendo que de cartas de princípio e discursos generosos a humanidade já está de sacos e ovários repletíssimos, colocamos os dedos nas feridas através de um manifesto e proclamamos, indicativamente, o que rejeitamos e pretendemos transformar para viver melhor.

2 Esta é uma contribuição da MMN (Movimentação Masculinista Nordestina), cujo símbolo é representado por um cacto ereto ou em repouso. Detalhe: o cacto não tem espinhos. As principais bandeiras são:

- Contra o terror machista
- Contra a ditadura clitoriana
- Contra o homossexualismo autoritário
- Pela reconciliação do espermatóide com o óvulo.

Renunciamos a todas as prerrogativas do poder machista. Que omem seja escrito sem H. Não nos consideramos nem superiores, nem inferiores às mulheres, aos viados e aos giletes: somos diferentes e iguais.

Rejeitamos todos os modelos pré-fabricados de sexualidade, caretosos ou vanguardeiros, partindo de três princípios: 1. Carência não se inventa; 2. Receita somente de bolo; 3. Vanguarda também é massa.

Somos solidários com qualquer saída (ou entrada) sexual que a humanidade venha inventar e curtir, desde que não haja imposição ou violência. E exigimos que se respeite a nossa opção fundamental: gostamos é de mulher.

3 Abaixo o guarda-chuva preto: não somos urubus.

- Abaixo as exigências de paletó e gravata.
- Contra o relógio-bolachão.
- Pelo direito de mijar sentado.
- Pelo respeito ao pudor masculino: mictórios privativos.
- Pelo amparo aos pais solteiros abandonados pelas mulheres amadas desalmadas: creches nos bares.
- Queremos pensar por viuvez, auxílio-alimentação e licença-paternidade. Não amamentamos mas podemos trocar fraldinhas.
- Pela liberação da lágrima masculina.

— Contra o fechamento do mercado de trabalho aos homens: queremos ser secretários, telefonistas, babás etc.

— Não queremos ser chefes de família, nem regentes sexuais. Igualdade fora e em cima da cama.

— Queremos trepar mais por baixo.

— Queremos ser tirados para dançar.

— Queremos ser cantados e comidos.

— Pelo nosso direito de dizer não, sem grilos, nem questionamentos de nossa masculinidade.

— Pelo direito de brochar sem explicações. Mulher também brocha. Aquele ou aquela que nunca brochou que atire a primeira pedra.

— Abaixo a máscara da fortaleza masculina. Queremos ter o direito de assumir as nossas fragilidades.

— Abaixo o complexo de corno. Por que mulher não é corno? Fidelidade ou infidelidade recíprocas.

— Cavalheirismo é cansativo e custoso. Delicadeza é unissex. Que seja extinto o cavalheirismo ou se instaurar, também, o damismo.

— Queremos receber flores.

— Exigimos a modificação do **Pai Nosso**: Pai e Mãe nossos que estais no céu... Bendito o fruto do vosso ventre, do nosso sêmen.

— Pela capacitação dos homens desde a infância para tarefas tidas como femininas. Queremos aprender corte e costura, culinária, cuidar de

4 Considerando que muitos masculinistas trabalham dois expedientes, estudam e frequentam um milhão de reuniões e eventos, sem falar das poligâmias possíveis, não iríamos incorrer na atitude fascista de inventar mais uma reunião para a comunidade masculinista. Portanto, o nosso princípio de organização é o seguinte: grupos de um e cada grupo obedece a seu chefe. Assembléia geral com ego, id e superego. Voto de minerva para ego.

— Convencidos de que a perfeição não é uma meta e é um mito, procuramos fazer um esforço para romper com 70 por cento do nosso machismo atual e acrescentar sempre novos itens neste manifesto, aceitando a contribuição crítica e propositiva de todos os masculinistas e outros segmentos sexuais, preservada a nossa opção fundamental pelas mulheres.

— Denunciamos os machões enrustidos, que utilizando o discurso masculinista pretendem apenas dar os anéis para não perder os dedos; reuam em 30 por cento de machismo para manter os 70. É a Nova República do machismo.

— Somos todos oprimidos. E sendo os homens estatisticamente minoritários diante das mulheres, isto já nos caracteriza como minoria oprimida. Nós, homens masculinistas, sofremos a pressão dos machões, das feministas setárias e dos viados autoritários. Queremos, portanto, o apoio extremo e solidariedade máxima por parte da sociedade inservil.

P.S.: Os títulos originais do Manifesto são: 1. Cabeceira; 2. Começo da Penetração; 3. Aprofundando a Entrada; 4. Empurradinha Final. Nós os omitimos porque achamos que só assim não dá para ninguém gozar.

EM MEMÓRIA DE JUDITH, IRMÃ DE SHAKESPEARE

Atrevimento de aspirar ao luxo, ao excesso, ao conforto para brilharem como estrelas, para além do quarto, além da sala de estar, além do burburinho doméstico.

Lucia Castello Branco

1928. No interior de um quarto, com uma janela abrindo-se por sobre chapéus e caminhões e automóveis para outras janelas, vemos Virginia Woolf, ou Mary Benton, ou Mary Seton, ou ainda Mary Carmichael (o nome não tem a menor importância, nos diz ela). Na mesa interior do quarto, uma folha em branco com a inscrição, em maiúsculas: AS MULHERES E A FICÇÃO. E nada mais.

Assim Virginia Woolf nos lança em sua perplexidade diante do tema que lhe fora proposto para conferências em Cambridge, e transformado, mais tarde, no ensaio *A Room of One's own*, recentemente traduzido no Brasil sob o título de *Um Teto Todo Seu* (Trad. Vera Ribeiro, Nova Fronteira, 1985, 149p.). E assim ingressamos na relação supostamente ficcional que a narradora estabelece com a leitora e que nos permite pensar o envolvimento da mulher com a ficção sob diversos ângulos: "a mulher e como é ela", "a mulher e a ficção que ela escreve", ou "a mulher e a ficção escrita sobre ela".

Entre essas três perspectivas aparentemente distantes, mas intimamente associadas, circula a mulher "real". E entre a ficção e o real femininos, entre o ser de carne e osso e a personagem, interpõe-se um abismo: "um ser muito estranho, complexo, emerge então. Na imaginação, ela é da mais alta importância; em termos práticos, é completamente insignificante. Ela atravessa a poesia de uma ponta à outra; por pouco está ausente da história". Onde a mulher real? — indaga Virginia Woolf — e de novo se volta para a página em branco.

E é exatamente através da articulação entre o real e a ficção que a autora se permite inventar a irmã de Shakespeare, a Judith "maravilhosamente dotada" que rabisca páginas às escondidas no sótão para depois atear-lhes fogo e que terminou por suicidar-se numa noite de inverno. Assim a literatura reescreve a história, a ficção revela o real: não há saída para a mulher de talento no século XVI.

Haverá saída para a mulher de talento nos séculos XVIII e XX? Antes



de tudo, insiste a autora, é necessário recuperar sua história. Redescobri-la e reescrevê-la sob a ótica feminina. Porque muito vinha sendo escrito sobre a mulher e no entanto muito pouco se sabia a seu respeito. (Quais são, as escritoras do séc. XVI? Havia escritoras no séc. XVI?) Afinal, as questões femininas atraíam sobretudo os homens, enquanto as mulheres continuavam em silêncio, desempenhando papéis que a ficção masculina lhes reservava.

E do próprio desconhecimento acerca de sua história, da carência de uma tradição literária, constrói-se o texto da mulher: essencialmente voltado para o eu, para a análise da emo-

ção, para o privilégio do sensível, ou — o que é pior — visivelmente marcado pelo ressentimento, pelo tom de mágoa ou de agressão à crítica dos homens.

Transformar a relação mulher e ficção, seja no que se refere à ficção escrita pelas mulheres ou acerca das mulheres, significa, antes de tudo, transformar radicalmente as relações entre a mulher e seu real. Significa, insiste Virginia Woolf, conquistar as condições mínimas para a criação: uma situação econômica que lhe garanta a sobrevivência e a privacidade de um teto, de um quarto que lhe pertença, onde ela possa trabalhar sem interrupções e intromissões.

À primeira vista, isso é muito pouco. Entretanto, se pensarmos nas inúmeras escritoras que tiveram como local de trabalho a sala de estar, comum a toda a família, se pensarmos na pobreza em que as mulheres sempre viveram, sem acesso à educação e à cultura, e na prosperidade em que, em geral, se desenvolveram os grandes gênios, se pensarmos sobretudo que a "liberdade intelectual depende de coisas materiais" e que as mulheres quase nunca tiveram acesso a essas "coisas materiais" entenderemos, com Virginia Woolf, porque a irmã de Shakespeare jamais chegaria a ser contemplada com a genialidade de Shakespeare.

E entenderemos também que a ausência de Virginia Woolf consiste não em sua reivindicação aparentemente pragmática, mas precisamente em seu oposto: no atrevimento de aspirar ao luxo, ao excesso, ao conforto a que a mulher nunca teve acesso, sempre relegada ao universo cotidiano do utilitário, do estritamente indispensável. E entenderemos ainda que, quando se fala de um teto todo seu, fala-se também do espaço que se estende além do quarto, além da sala de estar, além do burburinho doméstico; fala-se de um lugar na literatura, na vida social, no trabalho.

1986. No interior de um quarto seu uma mulher conversa com a narradora de Virginia Woolf. O que a mulher tem diante de si já não consiste exatamente numa página em branco, mas num emaranhado de idéias, anotações fragmentadas, dados que se contradizem. As indagações e inquietações permanecem. (Afinal, quem foram as escritoras do passado? Houve escritoras no passado? Como viveram as mulheres que nos antecederam?) É preciso reescrever a história — insiste Virginia Woolf — é preciso reinventar a tradição, reconstruir o "real" feminino. Só assim a irmã de Shakespeare renascerá. E quem sabe assim o branco da página se transforme em poesia. Ou em realidade — matéria bruta de uma história que aos poucos será escrita. Por todas nós.

Lucia Castello Branco é professora de Literatura Portuguesa na Faculdade de Letras da UFMG, autora de *O que é Erotismo*, editado pela Brasiliense, e *Eros Travestido*, pela Editora da UFMG.

A HORA DE ESTRELAS: Clarice, Suzana, Macabéa, Marcélia

Nádia Batella Gotlib



Marcélia Cartaxo é Macabéa: melhor atriz em Berlim

Cada um tem a sua hora de esplendor e beleza: a "hora da estrela". Clarice talvez tenha tido a sua ao publicar *A Hora da Estrela*, pouco antes da sua morte, que aconteceu em dezembro de 1977. A personagem, Macabéa, nordestina miserável que vive na cidade grande, tem seus sonhos de estrelato. Quer ser artista de cinema e admira, sobretudo, a Marilyn "toda cor-de-rosa"... Quando perde o namorado, a cartomante lhe atira o sonho, anunciando-lhe uma história de amor com um estrangeiro rico. Mas logo após, Macabéa morre, atropelada (e que ironia!) por um Mercedes amarelo...

Quase dez anos depois, este livro ganha adaptação em filme de Suzana Amaral, que agora vive, com entu-

siasmo, sua hora de sucesso, depois de conquistar prêmios no Brasil, na Alemanha, na França.

É certo que o cineasta optou por uma das duas histórias do livro: a de Macabéa, e não a de Rodrigo. Pois no romance curto de Clarice — convém lembrar — uma história, a do contar o romance pelo narrador Rodrigo (inventado, naturalmente, por Clarice), é que praticamente engendra a segunda história, a de Macabéa.

Mas se no filme a voz do narrador desaparece, por opção, a história da nordestina aparece recriada com talento, na interpretação de Marcélia Cartaxo, também, coincidentemente, uma nordestina que procurava vencer na cidade grande, que virou mesmo estrela de cinema e que, no momen-

to, experimenta a glória de já haver conquistado vários prêmios com este seu primeiro filme. Exemplo: o de melhor atriz no Festival de Berlim.

"Como a nordestina, há milhares de moças espalhadas por cortiços, vagas de camas num quarto, atrás de balcões trabalhando até a estufa".

Este é o drama das Macabéas da vida. O do não ter. O quê? Nada. Se tem, perde. Se quer ter, morre. Tudo, sem entender nada. Nem supor que possa entender. Como reagir diante desta coisa estranha, "que parece que é idiota, mas não o é", conforme afirma Clarice, na sua narrativa? Suzana Amaral consegue manter este clima, aliás, de difícil transposição: o trágico e por vezes divertido "disparate" que é Macabéa, na sua

triste sina da que não tem lugar na violenta e implacável cultura burguesa que anima a luta nos grandes centros.

Daí as reações dos que a cercam, todos com lugar marcado no social. O namorado (José Dumont) reage com impaciência: é o metalúrgico que quer ser deputado e que se chama Olímpico, com a clara consciência de que ainda não o é, mas vai ser. Glória (Tamara Taxman), sua colega no escritório imundo, a pródiga de corpo, é a que lhe dispensa ligeira atenção maternal, mas é também a que acaba namorando Olímpico. O chefe de bom coração, seu Raimundo, tolera Macabéa. O dono da firma (este só aparece no filme) censura sua incompetência profissional de datilógrafa semi-analfabeta e suja. O médico de pobre que detesta pobre (este só aparece no livro) fica irritado com a incurável doença da fome. E a cartomante charlatã, consternada com a sua má sorte, vem com bajulação e mentiras. É ainda incompreendida pelas colegas de quarto. E simplesmente ignorada, por todos os outros, que nem sequer enxergam.

Este submundo do feio, do desagradável, do total desconforto, sem cintilações, tem no filme um elaborado cenário, em tons escuros, fiel expressão da dor. Uma dor generalizada. (Macabéa, indisposta, toma aspirina sem saber exatamente para quê...)

Mudo direito ao grito

O que comove e intriga é este triste lado pobre do migrante nordestino: o seu ainda mudo direito ao grito. "Poucas se queixam e ao que eu saiba nenhuma reclama por não saber a quem. Esse quem será que existe?", indaga o narrador do romance. Mas não só. Há também um mistério na personagem, no seu milagre de vida: "é antes de tudo vida primária, que respira, respira, respira", pulsação que a rádio Relógio, com seu intermitente tique-taque, mimetiza — e bem — no filme, desde a apresentação do elenco. Hora certa e ralas informações de almanaque de uma cultura

Que mistérios tem Clarice

"Tem gente que cose para fora, eu coso para dentro", dizia Clarice. Talvez resida aí a dificuldade que muitos sintam em penetrar em suas histórias-emoções. e as fantásticas histórias criadas em torno de sua vida de mulher enigmática e misteriosa que escrevia trancada no quarto com o cachimbo na boca...

Defini-la é difícil, nos diz Olga Borelli, sua biógrafa. Contra a noção de mito, de intelectual, coloca sua visão da escritora: "Era uma dona-de-casa que escrevia romances e contos."

Clarice nasceu na Ucrânia, aportando em Alagoas juntamente com a família quando tinha dois meses de idade. De lá para Pernambuco, daí para o Rio de Janeiro onde, aos 18 anos, para terminar de escrever o seu primeiro livro, *Perto do Coração Selvagem*, mudou-se para "um teto todo seu", uma pensão na rua Marquês de Abrantes.

Vieram os filhos, a máquina de escrever foi para o coló, assim poderia ter as crianças por perto, continuar sendo dona-de-casa.

Ia à feira, levava os filhos à escola e, quando se separou, assumiu horas-extras de trabalho, chegando inclusive a fazer traduções de Agatha Christie e uma coluna "feminina" de jornal, como ghost writer da atriz Ilka Soares: falava de culinária, moda de verão e dava conselhos de comportamento para as namoradas...

O fato de ter de recorrer frequentemente ao jornalismo devia-se também ao fato de não receber direitos autorais. Olga Borelli é que nos conta: "Ao serem publicados seus livros em outros países recebia um pequeno

adiantamento, mas nunca mais ouvia falar em direitos autorais. Sequer lhe prestavam contas. Mesmo no Brasil, algumas edições foram ao mercado sem o seu conhecimento e consequente pagamento de direitos (...). Ela não conseguia mesmo organizar-se e 'administrar' a trajetória comercial de seus livros (...)."

Nos últimos anos de vida confidenciou ao filho que queria se livrar dos aborrecimentos do cotidiano e dos pequenos afazeres domésticos. Desejava ficar rica para deixar o jornalismo e se dedicar apenas à literatura.

Escrever para Clarice era um ato espontâneo, vital: "Cheguei à conclusão que escrever é a coisa que mais desejo no mundo, mesmo mais que o amor". A solidão foi, portanto, uma opção, o caminho para se chegar à liberdade que sempre aspirou. Escrevia quando queria, sem se impor uma rotina de trabalho. Esta postura se fazia refletir sobre o ser escritor: "Profissional escreve todos os dias, porque precisa. Eu escrevo quando quero, porque me dá prazer. (...) Sendo profissional ao máximo atinge-se é claro o máximo, mas creio que perde alguma coisa de investivo-espontâneo. Ou ser profissional ao máximo é exatamente não perder esse investivo-espontâneo?"

Maria Iúcia de Barros Mott

P.S. Foi pelas mãos de Suzana Amaral, em *A Hora da Estrela* que descobri Clarice e desvendei alguns de seus mistérios. Virginia Woolf ao refletir sobre a criação literária feminina, certamente me deu a chave do entendimento quando encontrei Clarice revivida no livro de Olga Borelli: Clarice Lispector: esboço para um possível retrato.

brega alimentam a ingênua chama do viver. Pois de que serve saber que "a mosca voa tão depressa que se voasse em linha reta ela ia passar pelo mundo todo em 28 dias?" Ou então ela se distrai com a 'sucata' de cultura: periódicos velhos do escritório, de que recorta anúncios de produtos que jamais poderá comprar.

Tudo isto aparece por um singular 'canal de narração' que não é só o do sentimentalismo comovedor. Nem só o do crítico competente. Ambos, aliás, Clarice questiona com argúcia e coragem por via do narrador Rodrigo. Porque, afinal, o intelectual usa a pobreza, a seu modo. Pelo simples uso da linguagem. Que, por si, já é "tírrido ouro do carvão".

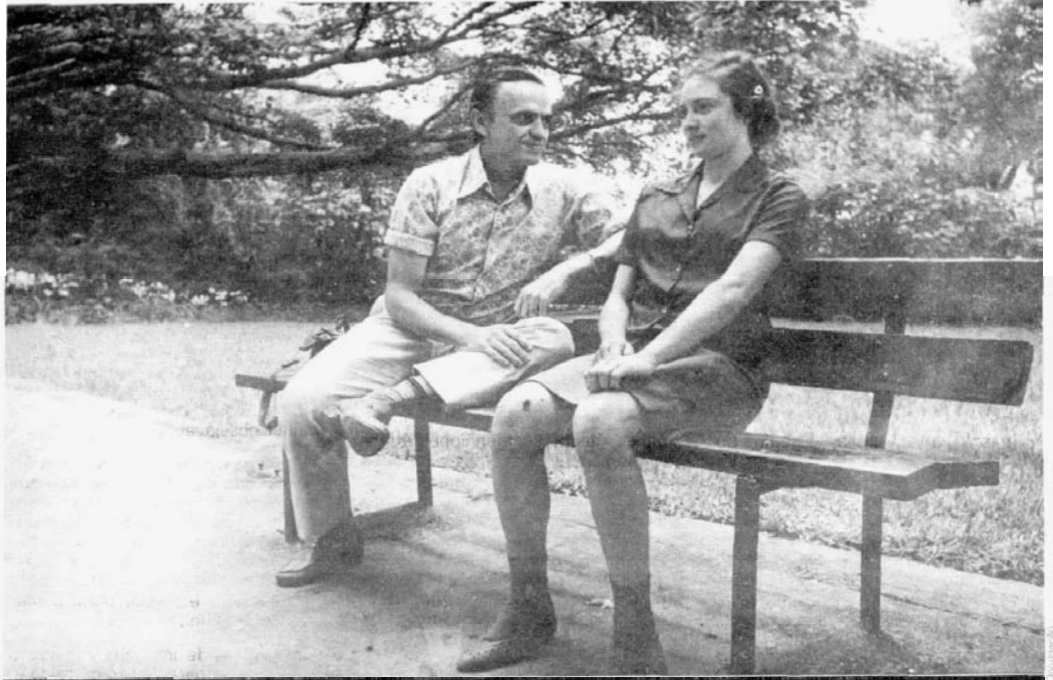
No filme, se esta questão não aparece através do personagem do intelectual, de que Suzana não se ocupou, por opção, aparece indiretamente transposta no seu modo de dirigir o filme, enquanto intelectual sensível que é. Mantém-se fiel a um clima 'periclitante' da criação, ao sustentar o encanto pela dimensão humana de Macabéa, sabendo equilibrar-se num grave e delicado respeito por sua difícil realidade.

Quanto ao futuro

Só resta ao narrador matar a personagem, ainda que com certa glória. Pois sabe que ela nada tem. Nada pode esperar. E se espera, nada alcança.

Mas não é bem assim o final do filme, que, ao contrário, faz crescer a fantasia. A partir da cena com a cartomante, a luz da lâmpada da vidente se espalha no rosto de Macabéa, que se abre alegre em sorriso gradativamente mais vibrante e que repercute em tons de azul iluminado: o vestido azul que Macabéa compra para viver o seu grande amor, o claro moço louro, lindíssimo, que sai da Hípica guiando o seu Mercedes, azul, e atropela-a, e para, e corre ao seu encontro (com o seu cavalo 'de raça' flagrado momentos antes), tudo ao som esfuziante do "Danúbio Azul!"...

Se o gosto pode ser mais ou menos amargo, vale o apelo de Clarice Lispector tanto para o público leitor quanto para o espectador do filme. "Cuidai dela porque meu poder é só mostrá-la para que vós a reconheçais na rua, andando de leve por causa da esvoacada magreza."



Macabéa e Olimpio (José Dumont): amor entre perdedores

Bom Mocismo na Bienal

Silvia Cintra Franco

Não dá para entender. A 3ª Bienal Nestlé de Literatura Brasileira, ocorrida em São Paulo em julho, privilegiou as mulheres com o tema de abertura de seu seminário: A MULHER NA LITERATURA BRASILEIRA. E o que se viu? Todo um dia — e um tema — desperdiçado por atuações fracas, numa mescla de receituário, bom mocismo pudico (ai da poesia erótica de Gilka Machado, se não fosse o público a lembrá-la...), temperado com patrulhamento ideológico em explícita caça às escritoras de classe média (neste país, qual é a classe que recebe educação?), esquecendo-se daquele minimum que Virginia Woolf apontava: um quarto para si e as nada desprezíveis 500 libras... Não bastasse isso, as mulheres escritoras foram acusadas de intimistas, subjetivas e não distanciadas, como se es-

ses traços fossem características femininas, e não uma constante em tantos dos chamados grandes escritores: Proust, Dostoiévski, Kafka... Enfim, o desejo (recorrente) de dizer às mulheres o que elas devem fazer, ali esteve presente e de tal forma a deixar qualquer aspirante a beletrista tão preocupada com os traços de sua escritura quanto qualquer dona-de-casa com as rugas que a propaganda de cosméticos insiste em apontar como inconvenientes. Faltou às componentes da mesa uma reflexão mais aprofundada sobre o tema: a Bienal privilegiou as mulheres e as mulheres da mesa não privilegiaram o tema... Eglê Malheiros que saiu-se tão bem na mesa de Literatura Infanto-juvenil, pouco acrescentou em mulher e literatura. Para salvar-nos do naufrágio final, só mesmo a acertada exposição

de Nádya Gotlib, recordando oportunamente Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, e a coordenação serena de Bella Jozef.

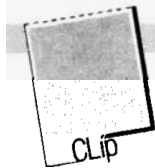
A tarde, o momento rico dos depoimentos: Lygia Fagundes Telles, a sempre envolvente Lygia, a simplicidade de Sonia Coutinho, o relato sincero de Renata Pallottini, demonstrando que se pode ser política sem ser primária. Ai sim, o melhor: as dificuldades expostas, as discriminações sofridas confesadas, a alegria — efêmera — que o texto proporciona, o ato de criação, a aventura libertária/revolucionária de conceber o texto...

Silvia Cintra Franco é escritora de literatura infanto-juvenil, autora, entre outros livros, de *Resgate no Tempo*, pela Editora Moderna. Atualmente trabalha na Assessoria de Comunicação do Conselho Estadual da Condição Feminina (SP).



Nádia Battella Gotlib é professora de Literatura Brasileira na USP, autora de *Tangala do Amarelo*, *a Musa Radiante*, editado pela Brasiliense, *Taxia do Conto*, pela Atica, e *O Estrangeiro Definitivo*, pela Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa.

Mulherio 6



Eliane, Marieta, Fernanda

"Agora estou processando a editora por falta de pagamento dos direitos autorais." Essa foi a primeira coisa que Eliane Maciel — autora de *Com licença eu vou à luta (é ilegal ser menor)*, editado pela Codecri em 1983 — respondeu, ao ser perguntada sobre como está sua vida agora, sete anos depois daquele dia em que fugiu de casa, com identidade falsa para es-

conder seus 16 anos, e foi construir a vida numa cidade desconhecida do interior de Minas.

O debate aconteceu em agosto no Cineclube Bixiga, São Paulo, numa sessão especial do filme baseado em seu livro. Com lançamento previsto para várias capitais do país, *Com licença* é do estreante Lui Farias, mari-

do de Fernanda Torres, a Fernandinha, que faz a personagem Eliane. Marieta Severo, no papel de mãe, levou o prêmio de melhor atriz no Festival de Gramado deste ano, e o ofereceu às mulheres que estão aí na batalha: nós mesmas. E também ao Chico, que estava sentadinho lá, de marido.

APENAS UMA ESTÓRIA DE AMOR

Um milhão de exemplares nas bancas, todo mês. É o fascínio que exerce sobre as mulheres a "literatura de evasão".

Maria Teresa Guimaraes de Lemos

"Sabrina" é uma publicação romântica que se destina ao público feminino. Iguais a ela existem muitas outras: Bianca, Júlia, Círculo do Amor etc. Como é característico dos produtos da Indústria Cultural, todas essas publicações têm uma mesma estrutura, apesar de diferentes títulos e autores. Esse "Discurso Sabrina" se constitui num produto largamente consumido, tendo conseguido substituir definitivamente a fotonovela. Coisa mais interessante ainda é que, diferente da fotonovela, "Sabrina" é consumida por mulheres de todas as classes sociais.

Como explicar a atração que esse discurso "romântico", tão conhecido e previsível, exerce sobre a mulher?

Veiculadas como literatura "romântica" estas publicações têm tido, a meu ver, uma outra função: trata-se de uma pornografia para a mulher. Já de imediato pode-se ver que ela difere essencialmente da pornografia para o homem: nas chamadas "revistas masculinas" a função pornográfica está explícita, enquanto que nestas publicações há uma fachada romântica encobrindo essa função.

Não há, de fato, muitas cenas de relacionamento sexual e elas estão sempre em meio a uma trama de vingança, paixões e mal-entendidos, coisa que na pornografia masculina é totalmente desnecessária. Ou melhor, na pornografia masculina a trama é necessária apenas na medida em que permite um desenrolar de cenas sexuais descritas detalhadamente. Em "Sabrina", ao contrário, não se mencionam órgãos sexuais de forma clara, usando-se para isto expressões como "sentiu a rigidez masculina". O próprio ato sexual fica subentendido em expressões do tipo: "se entregou", "sentiu o abismo do desejo" (!).

Seria adequado, então, falar em pornografia? Pode parecer que a função pornográfica do texto existe apesar de sua estrutura romântica, no entanto, considero que é justamente através dela que o texto se constitui como pornográfico.

A trama romântica é altamente erótica pela trajetória de imagens que ela põe em cena; imagens essas que são a própria representação do desejo. Veremos como.

O olhar (in) discreto

Uma das características desses textos é o uso de uma narração descritiva que constrói quadros visuais

onde se movimentam os personagens. *Estranhamente* a descrição física dos personagens, fora das situações sexuais, é freqüentemente detalhada.

É comum que para descrever um simples gesto, se mencione, *quase que por acaso*, os atributos físicos dos personagens. Por exemplo: "Ela estava escovando os dentes, os brilhantes olhos verdes fixos no espelho" ou "massageando o pescoço esguio para relaxar ela ouviu o telefone tocar em sua mesa. Rapidamente arrumou seus cabelos castanhos, que estavam presos na nuca com um pente discreto".

Uma análise mais aguda revela

que, apesar de estar-se falando de suas ações, é a descrição física da personagem que dá o sentido dominante. Nesse caso fala-se que faz isto ou aquilo apenas para delinear, subrepticamente, a imagem de uma mulher desejável.

É interessante observar também que ao lado desse apelo erótico que caracteriza a imagem feminina em "Sabrina", aparece o controle, o pudor, a discrição. Quase sempre a heroína é frígida e tem verdadeiro pânico do sexo. A dupla apelo erótico/pudor é que constrói a imagem de "Sabrina".

Esse jogo de imagens convida o leitor a espiar para dentro do texto e,

nesta posição de "voyeur", deixar-se manipular pelo jogo erótico que consiste em anunciar sempre a realização do seu desejo mas frustrá-lo seguidamente, sempre na promessa de levá-lo ao gozo pleno no final. É a trama romântica, com todos os seus percalços e obstáculos que proporciona essa deliciosa espera.

"Sabrina" é, também, uma imagem erotizada, mas não da mesma forma que "Sabrina". Ela é o corpo erótico enquanto objeto de desejo, aquele que se exhibe e que se oculta (beleza/pudor). O que predomina na imagem de "Sabrina" é a agressividade. Esta, sempre associada a uma "natureza sensual" (termo tipicamente sabrinesco), vem criar aquilo que podemos considerar como um estereótipo de virilidade. Ele não apenas é um objeto de desejo mas é, antes de tudo, um corpo desejante, "desejo violento", "inegável sensualidade" (ao passo que em "Sabrina" a sensualidade é negável).

Ao lado dessa agressividade aparecem sempre referências a aspectos mais nobres como gentileza, ternura, generosidade etc. Esse elemento é importante pois, contrapondo-se à agressividade, tem uma função semelhante ao pudor que em "Sabrina" contrapõe-se ao apelo erótico. Que função é essa? Seriam personagens em eterno conflito?

É fácil perceber que se trata de um falso conflito, pois existe uma complementariedade tanto internamente em cada personagem quanto na dupla como casal. O conflito fica por conta de um mal-entendido que impossibilita a união dos dois. É um obstáculo que se sabe superado desde o início, dada a total previsibilidade do texto.

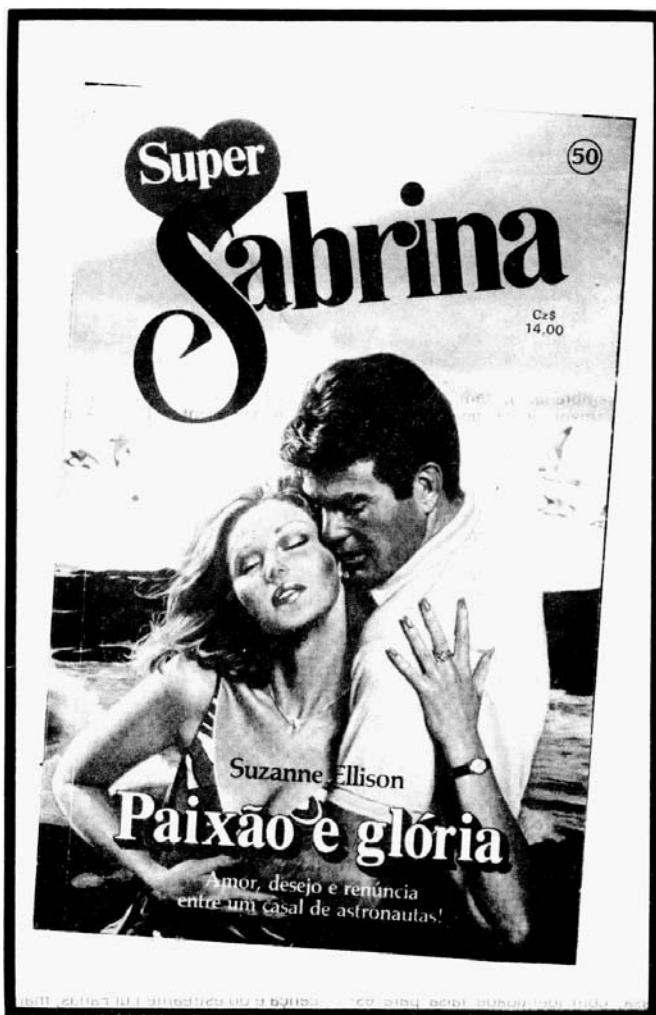
De menina a mulher

No começo da trama os dois personagens se encontram e imediatamente se instala uma situação de conflito entre a atração que os impele um para o outro e o mal-entendido que os separa. O desejo despertado pelo herói vem desorganizar tudo aquilo que ela havia sido até então. Esta passagem "de menina a mulher" é uma peça chave porque nela reside a maior força desse erotismo: a fantasia que "Sabrina" e leitora compartilham como cúmplices.

A trajetória dessas imagens segue sempre uma mesma ordem. Diremos que é uma transformação em três atos.

No primeiro, "Sabrina" é representada como uma menina frágil e indefesa, ao passo que "Sabrinino" é caracterizado exclusivamente pela sua agressiva sexualidade. Ele se impõe sexualmente a ela, tenta forçar um contato sexual que ela sistematicamente recusa. Já está instalado o mal-entendido, do qual apenas a leitora tem conhecimento (é uma vantagem: ela "vive" a emoção de "Sabrina", mas não seus riscos).

O segundo ato é introduzido por um acontecimento trágico e inesperado, que vai transformar, em princípio, a imagem de "Sabrinino". Um exemplo típico desse acontecimento poderá ilustrar bem essa transformação: "Sabrina" se acidenta e é salva por "Sabrinino", que a leva para casa e cuida dela, enquanto esta está entre a vida e a morte. Esse momento é importantíssimo: aqui vai se revelar toda a proteção e ternura de que "Sabrinino" é capaz.



A imagem masculina está, então, plenamente constituída. É uma imagem claramente paternal, seja a do pai violento e autoritário, como também a do pai amoroso e protetor. Esse é, sintomaticamente, o momento da descoberta do desejo em "Sabrina". Suspensas temporariamente as barreiras do medo e da insegurança, "Sabrina" experimenta o prazer sexual e se descobre mulher.

Um exame menos superficial, no entanto, revela o quanto esse "tornar-se mulher" é duvidoso. Melhor seria dizer que ela é **tornada mulher**.

Essa transformação é operada pela construção dessa imagem masculina, pois ela reúne em si todas as qualidades necessárias para a realização do desejo de "Sabrina". Para isto "Sabrino" deve ser aquele cuja sexualidade promete a satisfação de suas fantasias sexuais ao mesmo tempo em que a protege de sua sexualidade tão temida. Não haverá mais necessidade do controle em "Sabrina": agora ele é o lugar do desejo e da proibição. Por isso sua imagem é tão contraditória.

Em suma: a identidade de "Sabrina" se constrói paralela e complementarmente à de "Sabrino", pois somente através dele ela poderia ser mulher, permanecendo menina. Torna-se bastante óbvio que, apesar de muito mascarada, realiza-se uma fantasia de relação incestuosa.

No terceiro ato temos uma inversão total de papéis. Desvendado o mal-entendido, "Sabrino" confessa a sua obsessão por ela. Não é uma simples paixão; ele está sucumbido aos seus encantos e nenhuma outra mulher o satisfará. "Sabrina", antes dependente e submissa, assume o lugar do dominador e a "Sabrino" resta ser seu prisioneiro apaixonado.

Depois da confissão "Sabrina" pode enfim manifestar abertamente o seu desejo, sem controle e por vontade própria, afinal sua realização está garantida e todos os riscos foram abolidos.

"Anti-Sabrina" e "Anti-Sabrino"

Além de "Sabrina" e "Sabrino" existe uma outra categoria de personagens cuja função no texto não é de pequena importância. Eles fazem contraponto aos personagens principais.

Os "anti-heróis", no caso, não são simplesmente o contrário de "Sabrina" e "Sabrino". Neles encontraremos as mesmas características mas elas estão trocadas, fora de lugar. É este deslocamento que os caracteriza como "anti".

Um tipo de "anti-Sabrina" bastante comum é a mulher "vamp". Como estes textos são ingleses e americanos, essa personagem é morena, enquanto que "Sabrina" é loira (representando a moça comum, o que facilita a identificação da leitora). São mulheres exóticas, vulgares, interesseiras e, pior ainda, manifestam abertamente seu desejo por "Sabrino". Nesse caso a combinação não funciona: apesar do apelo erótico dessa imagem, ela está *contaminada* por uma sensualidade que é típica da imagem masculina.

"Anti-Sabrina" ocupa um lugar importante no jogo de relações que se estabelece entre os personagens

principais: ela reforça por contraste a castidade de "Sabrina". E mais, "Sabrino" resiste sempre à sua sedução, o que reafirma a sua imagem de homem imaculável (fiel), apesar de toda a sensualidade que o caracteriza.

"Anti-Sabrino" segue o mesmo funcionamento. Pode ser, por exemplo, o amigo apaixonado, que quer casar com ela, ter muitos filhos, uma vida tranqüila e sem ambições. Ele é "bom demais", o que equivale a dizer que falta-lhe alguma coisa: certamente a agressividade de "Sabrino". Ele não se impõe sexualmente, o que deixaria a cargo de "Sabrina" colocar o seu próprio desejo.

É fácil perceber que estas imagens não têm vida própria dentro do texto, são imagens satélites que existem em função das imagens centrais, cabe a elas alimentar a complementariedade que vai se estabelecer entre "Sabrina" e "Sabrino".

Seria trágico, se não fosse erótico

Falou-se aqui em pornografia e em erotismo, indiscriminadamente. Se não houve um tratamento discriminado dessas duas linguagens certamente não foi por insensibilidade às suas diferenças, mas antes por consideração a elas. Essas têm sido consideradas fundamentalmente em função do nível de qualidade dos textos e não de um funcionamento distinto propriamente dito, fato que não contribui em nada para sua compreensão.

Trata-se, portanto, de uma questão ainda muito controversa e cuja resolução seria impossível aqui. Continuaremos, então, a usar os termos como equivalentes.

Muitas coisas foram ditas sobre o erotismo mas talvez a percepção mais aguda desse fenômeno tenha sido a de Bataille. Para ele, o erotismo se funda sobre dois aspectos essenciais da condição humana: a proibição e a transgressão. É, portanto, uma experiência de contradição: nela convivem emoções em sentido contrário, o respeito pela proibição e o desejo de sua violação. A transgressão não anula a proibição, mas vem a afirmá-la e nisto reside a força do erotismo.

Em "Sabrina" uma proibição pesa sobre o relacionamento dos personagens para que cada aproximação entre eles anuncie uma transgressão e assim se instale uma tensão erótica entre o temor da transgressão e o desejo de que aconteça. A tensão não se dá apenas entre os personagens, é no diálogo entre texto e leitora que se estabelece como clima predominante.

Anunciada desde o início, a transgressão só pode se dar sob determinadas condições, pois deve-se manter um equilíbrio entre esse medo e esse desejo. Dado o caráter edípico das imagens, fica evidente que o obstáculo representa o tabu do incesto. Isto, aliado ao caráter sadomasoquista do relacionamento entre os personagens, seria o suficiente para que,

ultrapassado o nível de equilíbrio, se passe do erótico para o terror.

E por isso o momento máximo do erotismo do texto não é aquele em que se dá a união final, mas o anterior, em que o mal-entendido ainda permanece. Neste, tanto o desejo quanto a angústia foram levados a seus extremos e, a um passo do terror e do êxtase, os personagens gozam a violação da proibição. Vejamos como isto se dá.

"No quarto ele trancou a porta e, olhando um instante para ela, começou a se despir. Luísa recuou um pouco, mas em seu corpo sentiu nascer um louco desejo por ele, que o medo fazia ainda mais agudo (...)

Ele segurou as mãos dela no alto e como os joelhos obrigou-a a abrir as pernas, sem se preocupar em tirar as roupas dela. As roupas de seda se rasgavam...

— Então será assim mesmo Luísa! — exclamou com a voz enrouquecida de louco desejo. Sua boca abriu a dela com violência, fazendo o sangue brotar nos lábios delicados. Luísa tentou não sentir nada, mas o prazer era muito mais forte do que a sua vontade. Ele a possuiu com selvageria, com uma urgência e uma luxúria tão primitivas que ela teve que se entregar, sem defesas".

Esta cena é extremamente comum em "Sabrina". Sua tragicidade transparece quando isolada do resto da narrativa, no entanto, na leitura não chega nem a perturbar o doce erotismo do texto.

Se esta cena ocorresse antes das imagens estarem plenamente constituídas, isto certamente seria um ato de violência. É claro que mesmo depois das imagens constituídas a relação é uma violência, no entanto, **ela já pode ser desejada como tal**, pois a complementariedade pode anular a angústia levantada.

Pode-se dizer, até, que a união final entre eles não tem uma função erótica mas serve para justificar a violação, legitimando o ato como *amoroso* e anulando seu caráter sadomasoquista.

Este texto *romântico* insinua sempre o desejo, é precisamente nos seus implícitos que ele se constitui como pornográfico. No entanto, nem tudo fica por conta do texto: para que se possa gozar do seu efeito erótico é fundamental que a leitora se identifique com "Sabrina". É um "voyeurismo" privilegiado: ela não espia uma cena entre terceiros mas sim a uma encenação do seu próprio desejo e onde, pela identificação, ela mesma figura como personagem principal. Note-se que tudo isto ocorre no nível imaginário, tudo se processa de forma inconsciente; a leitora não *sabe* que está realizando fantasias, muito menos que fantasias são essas.

Tal como um sonho este texto realiza, de forma deformada, desejos inconscientes. A estrutura romântica é fundamental para isto, ela permite que a fantasia se realize sem ser reconhecida. Afinal, quem poderá dizer que se trata de uma relação incestuosa, sadomasoquista? É apenas uma estória de amor.



Maria Teresa Guimarães de Lemos é psicóloga, autora da pesquisa "De menina a mulher: trajetória e construção de uma identidade feminina no discurso pornográfico para a mulher", realizada com bolsa de Iniciação Científica da Fapesp.



As trabalhadoras rurais de Guarabira, PB, nas comemorações do 8 de março.



REPORTAGEM

PROFISSÃO: AGRICULTORA As “Catarina” saem na frente

Texto e fotos de Maristela Mafei

Profissão: Agricultora. Os velhos títulos eleitorais já foram devolvidos. Nos novos, cerca de 50 mil trabalhadoras rurais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul recusaram-se a colocar como profissão “doméstica” ou “do lar”.

Nos postos de recadastramento houve muito lero-lero e deixa-disso. Não faltaram tentativas de persuasivas, feitas principalmente pelos juizes responsáveis pelas delegacias eleitorais de 60 municípios. Em Chapecó, SC, foi preciso realizar manifestação na porta do maior posto de recadastramento. E no fim elas conseguiram que a justiça eleitoral, na prática, as reconhecesse como agricultoras, profissão que a justiça do trabalho e os censos demográficos ignoram (ver matéria na página 10).

No âmbito das mulheres do campo as novidades não param por aí. O MIRAD — Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — publicou portaria estendendo à trabalhadora rural o direito de constar como titular de posse em projetos de assentamento. A portaria saiu no Diário Oficial de 26 de março último — e acaba com uma discriminação contra a qual vinha-se lutando há muito tempo. A partir de agora a agricultora tem seus direitos ampliados e as solteiras e viúvas também poderão receber lotes em projetos de assentamento sem a condição de dependente de irmãos, pais ou qualquer outro parente do sexo masculino. O MIRAD instituiu ainda a Comissão de Apoio à Mulher Trabalhadora Rural, com o objetivo de estudar seus problemas e proporcionar a elas melhores condições de trabalho.

Dispensando o apadrinhamento e

as boas intenções, oitenta mulheres do sul do país estiveram em Brasília no final de abril. A principal reivindicação, feita junto ao ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães: aposentadoria com salário integral aos 45 anos de idade. Sem deixar de lado, é lógico, a implantação do auxílio natalidade, benefício acidente e melhor atendimento hospitalar.

A legislação atual só permite às mulheres do campo requerer aposentadoria aos 75 anos. E assim mesmo, ela tem que provar através de carteira

assinada ou outros documentos que trabalhou como agricultora para receber, no fim, meio salário. Como são raras as mulheres que chegam a essa idade no meio rural e mais raro ainda conseguir provar através de documentos o exercício da profissão, o “benefício” é considerado inexistente.

No Ministério, foi garantida a participação de uma agricultora na comissão que estuda a reformulação do sistema previdenciário. Ainda em Brasília,

lia, as gaúchas e catarinenses estiveram reivindicando no Ministério da Educação a implantação do ensino de primeiro grau em todas as comunidades rurais; e no Ministério da Reforma Agrária cobraram as promessas de assentamento feitas aos Sem-Terra acampados na Fazenda Anoni, RS, e na São Miguel do Oeste, em SC.

Em julho passado, outra caravana de mulheres — desta vez da Paraíba, Pernambuco e Bahia — percorreu os mesmos ministérios, levando as mesmas preocupações. São as posseiras de áreas de conflito e bóias-frias da cana-de-açúcar que levaram, ainda, ao ministro Paulo Brossard, abaixo-assinado pedindo providências frente à violência nos conflitos de posse pela terra no nordeste.

Maristela Mafei é jornalista, autora de Sangue na Terra: a luta das Mulheres, Icone Editora, SP, 1985.

VIOÊNCIA NO CAMPO SINDICALISTA AMEAÇADA

Quando a imprensa já silenciou a respeito do assassinato do padre Josimo Moraes de Tavares, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, do Norte de Goiás, lembramos que Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, com apenas 19 anos, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unai, MG, continua sendo ameaçada de morte. Ela tem liderado e defendido posseiros em conflito pela terra, em municípios de sua região. Em repressália, assassinaram seu pai, Júlio Rodrigues de Miranda, e agora a ameaçam abertamente.

Em carta enviada ao Mulherio, Maria Aparecida pede solidariedade: “Aproveitamos a oportunidade para deixá-las a par de que a morte do companheiro Júlio Rodrigues de Miranda nos leva a uma postura de firmeza para a continuidade da luta pela Reforma Agrária e pela construção de um mundo onde a riqueza seja distribuída aos que trabalham ... Para prosseguir a luta, abrimos uma conta bancária para receber contribuições em dinheiro. A conta é a de nº 500634-3, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unai, Caixa Econômica Federal, Agência Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG.”

Corrigindo

No Mulherio 24, pág. 7, matéria Rara Flor do Campo, onde se lê “nenhuma das cinco presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais da Paraíba são combativas”, leia-se “duas das cinco presidentes são combativas: Maria de Lourdes Ferreira Nascimento, do município de Borborema, e Maria Alexandre, de Cotegí”. Pedimos desculpas pelo erro e agradecemos ao Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano, que nos alertou.

8 onardlu

A produção doméstica feminina está fora das estatísticas. Seu reconhecimento na nova Constituição é uma das reivindicações das mulheres.

TRABALHO FEMININO NO CAMPO: INVISÍVEL?

Cristina Bruschini

As estatísticas sobre o trabalho feminino costumam revelar apenas uma parte do que as mulheres fazem, deixando de lado toda sua contribuição para a produção doméstica. Mesmo assim, elas mostram que o crescimento da força de trabalho feminina nos últimos anos foi bastante significativo. A taxa de atividade — percentual de trabalhadoras em relação à população feminina de mais de 10 anos — passou de 18,2% em 1970 para quase 36% em 1983 segundo dados, respectivamente, do Censo Demográfico e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para todo o país. No estado de São Paulo essa variação foi de 23% para 37,4% no mesmo período. As trabalhadoras brasileiras "pularam" de 6 para 16 milhões e as paulistas de 1,5 para 3,8 milhões nos anos 70 a 83! Estas cifras significam que a presença feminina passou a representar, em 1983, mais de 33% de um contingente de 51 milhões de trabalhadores brasileiros e de 12 milhões de paulistas.

A subestimação dos dados sobre o trabalho feminino no campo prejudica qualquer análise desse tipo: só para se ter uma idéia de sua gravidade, basta dizer que, em 1980, o Censo Agropecuario computou 6,8 milhões de trabalhadoras rurais, enquanto, para o Censo Demográfico, o número delas não foi maior do que 1,6 milhões! De um lado a subestimação ocorre porque nos recenseamentos costuma-se perguntar sobre as atividades realizadas num curto período anterior à coleta, o que acaba por deixar de lado trabalhadoras ocasionais ou sazonais, fato aliás que também ocorre com o trabalhador. Mas a definição social do papel prioritário da mulher como dona-de-casa é que a leva a informar, nesse tipo de coleta, que sua atividade principal é a doméstica mesmo que, como ocorre com maior frequência no campo, ela se ocupe igualmente do roçado, dos animais e das plantações... Quando se comparam duas ou mais fontes, como o Censo e a PNAD, a coisa se complica ainda mais porque os períodos de referência se alteram, tornando "visíveis" maior ou menor número de trabalhadoras. Ao analisar o trabalho feminino no campo, portanto, é mais prudente recorrer a fontes semelhantes para o exame de alterações ao longo do tempo.

Apesar de todas essas deficiências, contudo, os dados disponíveis revelam que a presença feminina no trabalho do campo também se impôs: na década de 70 sua participação no conjunto dos trabalhadores da agricultura brasileira passou de 10% para 13%, e de 9% para 16% no campo paulista.

Mas quando se considera a força de trabalho feminina em seu conjunto, o que se observa é que houve uma diminuição relativa da importância das atividades agrícolas, ocasionada pelo crescimento mais acentuado dos demais setores, como as atividades burocráticas, o comércio e a indústria, para onde as trabalhadoras se dirigiram. Assim, enquanto em 1970, 20,3% das trabalhadoras brasileiras se encontravam no campo, dez anos depois essa cifra cai para 13,4%.

O TRABALHO FORA E DENTRO DE CASA

A mulher tem sua participação no trabalho remunerado possibilitada ou restringida por características biológicas, pessoais e familiares, entre as quais destacam-se a idade, o estado civil e a presença de filhos. Essas variáveis contudo, atuam de maneira muito diferente sobre a mulher do campo ou da cidade, em virtude da natureza das relações de trabalho aí predominantes. Na zona urbana, a estrutura mais formalizada dos setores econômicos não-agrícolas, nos quais predominam relações de trabalho capitalistas, com jornadas regulares e nítida separação entre o espaço familiar e o produtivo, dificulta a conciliação entre os múltiplos afazeres femininos, provocando um declínio de sua atividade diante do casamento e da chegada dos filhos. No campo, ao contrário, a natureza do trabalho realizado permite maior conciliação entre os papéis femininos. Por isso, na zona rural, as mulheres trabalham qualquer que seja sua idade e a participação das casadas no trabalho produtivo é muito maior. Em 1977, enquanto 51% da força de trabalho agrícola feminina era composta de casadas, na zona urbana apenas 37% das trabalhadoras tinham o mesmo estado civil. A presença de filhos também não constitui uma limitação tão séria ao trabalho feminino no campo. Quando a mulher se torna mãe, sua taxa de atividade cai de 39% para 36%, enquanto na cidade a participação feminina sofre um declínio muito mais acentuado quando ela tem seu primeiro filho.

Nada indica, contudo que a possibilidade de conciliar papéis signifique, para a mulher, um trabalho gratificante ou a garantia de seus direitos. Muito ao contrário, no setor agrícola não só é elevada a presença de trabalhadoras não remuneradas — em 1980, elas são 39% da população economicamente ativa feminina agrícola brasileira e 18% da paulista — como é quase nulo o acesso das que são assalariadas às garantidas trabalhistas mínimas. Em 1983, no Brasil, 94% das trabalhadoras do campo não tinham carteira assinada; mesmo em São Paulo, estado mais desenvolvido da Nação, 86,3% delas se encontravam nessa situação!

Cristina Bruschini é socióloga, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, autora do livro *Mulher e trabalho: uma avaliação da Década 1975-85*, Nobel/CECF, 1985, do qual foram extraídos os dados acima.



Maristela Malfin



Maristela Malfin

MULHERES TRABALHANDO

NO DIA 4 DE ABRIL DE 1983, O GOVERNO MONTORO, ATENDENDO A UMA ANTIGA REIVINDICAÇÃO DAS MULHERES, CRIOU O CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. ESSA INICIATIVA FOI UMA CONQUISTA DAS MULHERES, QUE SÓ SE TORNOU POSSÍVEL ATRAVÉS DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO MONTORO, QUE VEIO ATENDER À NECESSIDADE DETECTADA PELAS MULHERES APÓS LONGO CAMINHO DE LUTAS E REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA E A FORMA DE TRANSFORMÁ-LA.

DESDE ENTÃO O CONSELHO VEM TRABALHANDO AO LADO DA MULHER E OBTENDO CONQUISTAS NA BUSCA DA IGUALDADE, AUTONOMIA E DIGNIDADE.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A CAMPANHA "ALERTA MULHER PARA A CONSTITUINTE" SÃO AS PRINCIPAIS BANDEIRAS DO CONSELHO, QUE TEM COMO PRIORIDADES SAÚDE, COMBATE À VIOLÊNCIA, CRÉCHES, TRABALHO E EDUCAÇÃO.

O CONSELHO DA CONDIÇÃO FEMININA, NESTES SEUS TRÊS ANOS DE EXISTÊNCIA,

JÁ CONQUISTOU AS SEGUINTE VITÓRIAS: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER E TRANSFORMAÇÃO DESSE PROGRAMA EM PRIORIDADE NA SECRETARIA DA SAÚDE; CRIAÇÃO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER NA CAPITAL, GRANDE SÃO PAULO E INTERIOR; INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COJE — CENTRO DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA E ENCAMINHAMENTO DA MULHER —, QUE HOJE PASSA A SER ÓRGÃO OFICIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO; ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO DA CLT JÁ ENTREGUE AO MINISTRO DO TRABALHO; INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONCURSO MULHERES ENTRE LINHAS; PROSSEGUIMENTO DO PROJETO DA FLÊ E CECF: MULHERES E EDUCAÇÃO PARA TODO O INTERIOR DO ESTADO, LITORAL, CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO.

POR TUDO ISSO, DEVEMOS TORNAR O CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA UM ORGANISMO DEFINITIVO NA VIDA POLÍTICA DO ESTADO.

VOCÊS ACABAM DE VER, O QUE O
CONSELHO DA CONDIÇÃO FEMININA ESTÁ FAZENDO
COM AS MULHERES.



DEMOCRACIA E SERIEDADE DÃO RESULTADO.



Em primeiro plano, Tereza KO'PA com seu filho, Inaldo TEIAPKO, no colo, e Iaraci WAPUR com a filha Rosilda PENPKUI, por volta das 18 horas, no Ka.

MULHERES MEHIN: UM OLHAR FOTOGRAFICAMENTE AMOROSO

Telma Camargo

Na convivência de um mês com os moradores da aldeia do Rio Vermelho, muitas experiências e conhecimentos foram trocados entre KUPEN — branco — e MEHIN — como os Krahô se autodenominam.

Neste encontro de universos particulares em que mulheres e homens vivem, se organizam e se representam de formas específicas, um olhar fotográfico acompanhou o dia a dia destas pessoas.

Algumas fotos revelam a mulher nos seus "momentos exclusivamente de mulheres" quando vão para a roça colher arroz e milho, quando se agrupam num lado do KA — pátio — enquanto os homens discutem do outro lado;

quando fazem banha no KUPEMTXÊ — pano que as mulheres enrolam na cintura e que cobre até os joelhos — e quando, após a corrida de tora de butiyi, se reúnem no WITI das mulheres.

Outras imagens mostram-na no desempenho das "funções" que são exclusivamente de sua responsabilidade, como o corte de cabelo, a pintura corporal, a preparação da comida e a confecção de colares e PAPKÓ — coifo.

Vão surgindo assim várias imagens de lá que juntando com as imagens do nosso mundo de cá e de outros já conhecidos, talvez nos ajudem a recompor a(s) fotografias do "nosso mundo de mulher".



Hosana PITUK, em sua casa, faz cópia do seu nome.



Voltando da roça, Iida ATUKOI, Tiberina NÖNTEKÓ, Rosalinda WAKONKUI e crianças tomam banho no rio antes de completarem o caminho até o KRI.



Tiberina NÖNTEKÓ trançando PAPKÓ, sentada em frente à sua casa.

NAÇÃO KRAHÓ: alguns dados

A aldeia do Rio Vermelho forma, juntamente com as aldeias de Santa Cruz, Cachoira, Galheiro, Pedra Branca, Pedra Furada, Morro do Boi e Manoel Alves Pequeno, a nação KRAHÓ.

O território Krahô é de cerca de 3.200 km² e está situado entre o rio Manoel Alves Pequeno e o Vermelho — afluente do

Manoel Alves Grande — bacia do Tocantins, localizados nos municípios de Goiás (Piacá) e de Itacajá, ao Norte do Estado de Goiás.

A legalização destas terras foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 102, do Governo do Estado de Goiás, datado de 5 de agosto de 1944.

Os Krahô foram juntamente com os Ramkokamekrá (Canela), Krinkati, Apinayé, Gavião (do Pará), Pukobyé e os Aganiékrá (Canela) os povos Timbira, do Grupó Jé.

A aldeia do Rio Vermelho se situa a cerca de 1 km do rio que lhe deu o nome, onde as pessoas se banham, lavam roupa e pegam água para beber e cozinhar. Ela está situada num platô de onde são avistados os morros São José, Cercadinho, as serras Formosa, Jacaré, Benedito, Fior e Brejão.

A aldeia do Rio Vermelho segue a tradição Timbira e tem a forma de uma roda de carioça. As casas são de palha. Em janeiro de 86 a população era cerca de 130 pessoas.



Iida ATUKOI colhendo arroz.



Iaraci WAPUR pintando KAKRO — Comprido — na casa do marido de sua irmã, dono de um dos PORGAHOK. Essa casa é WITI dos homens.

A NOVA CONSTITUIÇÃO EM GESTAÇÃO

Verdadeiros "Clubes do Bolinha", as Constituintes anteriores mantiveram os privilégios dos homens, principalmente os ricos. As mulheres se mobilizam para que a próxima não seja assim.

"1ª Lei: A mulher que trai o marido perde pensão, os filhos e todos os seus direitos. E nada acontece ao homem que abandona a família. Queremos direitos iguais para o homem e a mulher. 2ª Lei: O marido não tem direito, por motivo nenhum, de bater na sua mulher, porque a mulher não é propriedade do marido. 3ª Lei: Que no planejamento familiar, marido e mulher sejam responsáveis de maneira igual. Que o marido aceite orientação junto com a mulher sobre os métodos anticoncepcionais. 4ª Lei: Que a mulher abandonada pelo marido e com filhos seja ajudada pelas autoridades competentes para criar os filhos. 5ª Lei: Que toda empregada doméstica tenha direitos trabalhistas iguais: fundo de garantia, PIS, férias pagas e salário mínimo igual ao vigente no país. 6ª Lei: Que toda dona-de-casa tenha um salário fixo por mês com direito a INPS e aposentadoria."

Assim começará a nova Constituição, se depender das mulheres dos Clubes de Mães do Embu, na grande São Paulo — que reivindicam ainda cuidados do Estado aos menores abandonados e aos menores drogados, bom atendimento na área de saúde, fiscalização sobre os medicamentos e censura às revistas pornográficas e programas de televisão "que prejudicam a formação dada pelos pais em casa". Por trás desses pedidos, descortina-se uma imagem: mulheres impotentes diante de seus homens, responsáveis solitárias pelos filhos já nascidos ou ainda por nascer, empregadas domésticas ou donas-de-casa à margem dos benefícios sociais.

Não é novidade que esta seja a situação da grande maioria das mulheres brasileiras. Novidade é que elas estejam formulando afirmativamente suas carências, botando tudo no papel e fazendo-as chegar às mãos de sua candidata à Constituinte. E se há alguma ingenuidade na redação dessas propostas, não é o caso das redigidas pelas mães de creches de várias vilas e jardins da mesma região, organizadas em diversos capítulos e que incluem desde a redução para 30 horas da jornada de trabalho feminina e delegacias da mulher em cada bairro, até "que a mulher possa trabalhar fora por opção ou realização pessoal, e não para ajudar a manter a família". Ou ainda seis meses de licença para a

gestante e salário pago pelo governo à dona-de-casa, além de "que a lei de greve seja realmente uma lei para o trabalhador".

Armada destas e outras reivindicações, não será nada fácil a tarefa da candidata à reeleição como deputada federal Irma Passoni (PT/SP). No pleito considerado o mais caro da História do país — calcula-se que os 10 mil candidatos a governador, senador e deputado gastarão no mínimo 14 bilhões de cruzados —, a previsão é que ela encontre entre seus pares muitos daqueles que hoje estão sendo financiados por grandes empreiteiras, banqueiros, latifundiários e até mesmo seitas religiosas, como a Perfect Liberty. E que certamente não terão interesse nos problemas das mulheres.

Em todo o país

Há quem diga, como Maria Amélia de Almeida Teles — presidente da União de Mulheres e coordenadora da Comissão Constituinte do Conselho da Condição Feminina (SP) — ou ainda Lúcia Arruda, deputada estadual candidata à reeleição (PT/RJ), que as mulheres são uma das forças sociais mais organizadas para a Constituinte. E o fato da "Linha Direta da Constituinte" — serviço telefônico da Secretaria de Participação de SP para colher sugestões ao Congresso cons-



Rua Piedrares, "Surrastiga", capa da Revista Fon-Fon, 16/5/1984



Mulheres na Constituinte: na zona Sul de S. Paulo, como em todo o Brasil

tituinte — ter recebido o maior número de propostas sobre a questão da mulher entre as primeiras 2.500 ligações, parece mostrar que mesmo mulheres não-organizadas estão tentando meter sua colher neste grande caldeirão. O assunto parece mesmo que pegou: até revistas femininas como *Cláudia* e *Desfile* vêm dando matérias sobre o tema.

Mas a grande mobilização parece acontecer entre as mulheres organizadas. Em Petrolina, PE, mais de 300 participaram do 1º Encontro da Mulher do Sertão, realizado em agosto sob o lema "a mulher, que sempre falou pelos cotovelos, agora fala pela Constituinte". Em encontros e seminários que vêm sendo realizados desde o ano passado, falaram também pela Constituinte mulheres do Paraná; Santa Catarina; Rio Grande do Sul; do Espírito Santo; da Paraíba; de Alagoas; de São Paulo; do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense (onde a peça de teatro "Mulher e Constituinte", de uma moradora de favela, já foi vista por mais de 10 mil pessoas) e certamente de outros estados, de que não temos notícia.

Entre elas se encontram trabalhadoras rurais e urbanas, donas-de-casa e profissionais, negras e brancas, hetero ou homossexuais. Voltados especificamente para as mulheres negras, estão trabalhando o Coletivo de Mulheres Negras Nzinga (RJ) e o Coletivo de Mulheres Negras (SP). Elas estão decididas "a assegurar que as conquistas tanto do movimento negro como do movimento de mulheres beneficiem a parcela mais oprimida da população, que é a mulher negra" — informou Sueli Carneiro, sua representante no Conselho Estadual da Condição Feminina (SP). "Senão acontece como vem ocorrendo: as poucas conquistas das mulheres acabam se refletindo sobre as brancas e as poucas conquistas do movimento negro acabam beneficiando fundamentalmente os homens negros."

Para as moças do Galf — Grupo de Ação Lésbico-Feminista (SP), que pretende trabalhar junto com os homossexuais masculinos —, é importante inserir no parágrafo 153 da atual Constituição a ideia do direito à livre orientação sexual.

Quem também está nesta ciranda é a União de Mulheres (SP), que na campanha "Lugar de Mulher é na Constituinte" abriu o "microfone da

mulher", espécie de *tribuna livre* nas ruas centrais da cidade para recolher propostas. Em agosto, realizaram uma *mini-constituinte* com cerca de 33 "deputadas" eleitas nos bairros de periferia de São Paulo. Durante um dia inteiro, as "deputadas" discutiram e aprovaram as propostas que deverão ser levadas, em caravana, a Brasília. Dado interessante é que a proposta de legalização do aborto foi aprovada por 26 votos contra 17, demonstrando que a questão ainda é polêmica.

Solidariedade

Embora alguns dos grupos ou instituições tenham claras ligações com partidos, uma característica da mobilização de mulheres é seu caráter suprapartidário. "Nesta campanha estou percebendo uma maior solidariedade entre mulheres de diferentes partidos, o que não houve nas campanhas passadas", comenta a feminista, militante do movimento negro e candidata a deputada estadual (PDT/RJ) Lélia Gonzalez. "Pelo menos aqui no Rio estamos percebendo uma outra perspectiva, não sei se pelo fato de haver o desvinculamento de votos e você poder votar em uma e outra, de partidos diferentes".

Realizado em maio no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, o seminário "Palavra de Mulher" foi organizado em conjunto com representantes do PT, PCB, PC do B, PSB, PDT, PMDB e MR-8, além de grupos feministas autônomos e sindicatos. O Comitê de Mulheres pela Constituinte, do mesmo estado, é integrado por mais de 30 grupos de mulheres, seis sindicatos, União das Nações Indígenas e três parlamentares: a deputada Lúcia Arruda, a vereadora e candidata a deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ) e a deputada estadual Rosalinda Paim (PDT/RJ). O Pró-Mulher, grupo que mantém uma das Casas da Mulher de São Paulo, abriga um fórum suprapartidário permanente para elaborar uma carta de princípios para a Constituinte. Com tendências que vão do centro à esquerda, acaba de ser inaugurado em São Paulo o Comitê Suprapartidário da Mulher, integrado por 50 candidatas a deputada federal e estadual pelo PMDB, PC do B, PSB e PDT. Tudo indica que a divisão no movimento de mulheres causada pela reorganização partidária ocorrida em 79 começa a se diluir.



As candidatas Zulaia Ribeiro (PMDB) e Clara Charf (PT) conversam na reunião do Lqo S. Francisco (SP)

O papel dos Conselhos

Parte desse esforço de mobilização parece ter a ver com a campanha desenvolvida pelo CNDM — Conselho Nacional dos Direitos da Mulher —, lançada em novembro passado e apoiada pelos diversos Conselhos estaduais e municipais que foram se multiplicando no país de 82 para cá. O slogan "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher", veiculado pela Rede Globo de televisão, foi apenas o sinal mais visível dos esforços do grupo que cuidou da campanha "Mulher na Constituinte", coordenado pela advogada feminista e candidata a deputada federal (PMDB/RJ) Comba Marques Porto.

Segundo Comba, o Conselho conseguiu atingir cerca de 20% das mulheres brasileiras, em 18 estados, na primeira fase da campanha que se encerrou a 26 de agosto em Brasília, com o Encontro Nacional Mulher e Constituinte (ver box na pág. 16).

Constituinte" vem divulgando o trabalho das mulheres populares da Paraíba, Espírito Santo e Paraná (estados onde já estão organizadas) e realizou em São Paulo um encontro de mulheres da periferia Sul. Em outro encontro, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, reuniu representantes de 60 grupos de mulheres dos setores populares de diferentes regiões do estado. No 7 de setembro, o Plenário pretende "transformar o Brasil numa grande Assembleia Nacional Constituinte", realizando reuniões em municípios de todo o país para unificação das propostas. Aqueles que disserem respeito às mulheres serão encaminhadas ao Conselho Nacional, em Brasília, e aos parlamentares constituintes eleitos. Além das reivindicações básicas de igualdade e reconhecimento da maternidade como valor social — responsabilizando também o pai pela educação dos filhos —, a Rede discute o critério para a eleição de candidatos e formas de acompanhamento dos eleitos.

gresso constituinte. Olhada com desconfiança pela população, ela conta com a participação da advogada Florisa Verucci, tradicional militante dos direitos das mulheres.

Em relatório apresentado em agosto ao CNDM, Florisa indica os pontos que conseguiu introduzir no anteprojeto e comenta aqueles que não conseguiu fazer passar, como a licença-paternidade.

O clássico princípio de igualdade de todos perante a lei, colocado genericamente, foi introduzido juntamente com a noção de crime para punição de "toda discriminação atentatória aos direitos humanos". Segue-se o parágrafo: "Ninguém será prejudicado ou privilegiado, entre outras, por discriminação em razão de nascimento, raça, cor, sexo, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, qualquer particularidade ou condição social" — o que, segundo Florisa, inclui os homossexuais. O parágrafo seguinte reza que "O poder público, mediante programas específicos, visará a efetiva realização da igualdade social, econômica e educacional" — o que implica na criação de medidas para alcançar a igualdade constitucional. Ela sugere que sejam criadas Comissões, a exemplo das existentes na Inglaterra e Estados Unidos, com poder de investigação, orientação e promoção de ações judiciais "para corrigir os direitos lesados".

Dizendo ter introduzido inovações criadoras das "bases para uma democratização da família", cujo detalhamento e aplicabilidade terão que ser desenvolvidas pelas leis ordinárias, Florisa sugere que se reapresente à Câmara o projeto do Novo Estatuto Civil da Mulher, de sua autoria, juntamente com a advogada Sílvia Pimentel.

Hoje legitimada apenas pelo casamento, a família passa a ser "constituída pelo casamento ou por uniões estáveis, baseada na igualdade entre o homem e a mulher", com direito à proteção do Estado. Um parágrafo único prevê que "a lei coibirá a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores".

No capítulo da Ordem Social, o anteprojeto garante, entre outras coisas, a "igualdade de oportunidade na escolha da profissão ou gênero de trabalho" e a "função social da maternidade e da família como valor fundamental". Não foi incluída sua proposta de conceituar a rede de creches e escolas maternas como entidades de educação, atendendo à reivindicação de que o Estado assumira a educação desde o nascimento como um direito da criança. No anteprojeto há apenas a "garantia de manutenção, pelas empresas, de creche para os filhos de seus empregados até um ano de idade e de escola maternal de dois a quatro anos, instalada de preferência junto ao local de trabalho". E ainda que "incumbe à União, aos Estados e aos Municípios promover a criação de uma rede nacional de assistência materno-infantil, de uma rede nacional de creches e de infra-estrutura de apoio à família, sem prejuízo da obrigação das empresas".



Lúcia Arruda, candidata à reeleição (PT/RJ)

Como consequência da igualdade entre o homem e a mulher, Florisa aponta para a alteração no Código Civil no que diz respeito à direção da família, à administração dos bens, à escolha de domicílio, à escolha do nome e ao exercício do pátrio poder. Como complemento ao que ela chama de "nova imagem de família" incluiu-se o tratamento igual para filhos nascidos dentro ou fora do casamento e a definição de adoção com o parentesco pleno.

Uma questão levantada pelas mulheres é que, fora do casamento, não podem registrar o filho a não ser em seu nome, pois a lei presume que estejam mentindo. Isso ainda não foi solucionado, como explica Florisa,

ligadas a grupos políticos, 30 sindicatos de trabalhadores rurais e 15 de trabalhadores urbanos, além da rede escolar. O anteprojeto, assim como a Carta do CNDM, servirá de instrumento para as mulheres se posicionarem nas eleições.

Participação popular

"Mulher e gato em caso, cachorro e homem na rua". A supremacia do cachorro garantiria o privilégio dos homens, não fosse a astúcia das gatas. O Movimento Popular de Mulheres do Paraná, que usou esse slogan no encontro sobre Constituinte realizado em março em Curitiba, é parte do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, de caráter suprapartidário, articulado há mais de um ano por cerca de 550 entidades de todo o país.

Uma delas é a Rede Mulher (SP), que através de seu projeto "Nós e a

MOVIMENTO PELA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL

As hetero, bi ou homossexualidade, não são opções. São orientações sexuais que dependem da história de cada um. É preciso respeitá-las, sem discriminação e garantir o direito de cada um exercer sua orientação própria sem discriminação moral, econômica, etc.

É esta luta precisa ser garantida na Constituinte. O Movimento pela Livre Orientação Sexual, com sede em São Paulo, reivindica, para próxima Constituição, que qualquer discriminação comprovada seja considerada crime passível de condenação. Envie nos ao Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, através da Vereadora IREDE CARDOSO (PT) de S.P., solicitação de uma sessão especial sobre o tema. Informações pelo tel 239-1438 com Ubiratan da Costa e Silva.

não há socialismo sem feminismo

PT-RS 1986

Pela cidadania plena para a mulher e o negro

LÉLIA GONZALEZ

Deputada Estadual

PDT nº 12114
Rua Marechal Floriano, 143
Sala 1106 — Tel.: 253-9216
CEP 20080 Rio de Janeiro — RJ

Mulherio 15



"porque na lei ocidental não há prova negativa". Caberá ainda ao homem afirmar sua paternidade. Caso contrário, o menor poderá entrar com ação para provar a paternidade, através da mãe. A diferença é que essa ação passa a ser de iniciativa pública, enquanto que atualmente é de iniciativa privada.

Com relação ao divórcio, o anteprojeto prevê que "a lei não limitará o número de dissoluções" do casamento. Prevê ainda a garantia "individual de determinar livremente o número de filhos, vedada qualquer forma coercitiva de imposição pelos poderes públicos ou pelas entidades privadas". Um parágrafo único afirma que "é obrigação do poder público assegurar o acesso à educação, à informação e aos meios e métodos anticoncepcionais adequados, respeitadas as convicções éticas e religiosas dos pais". Entre os itens da Seguridade social — que é devida pelo Estado ao indivíduo, independente do seu exercício profissional —, consta a "proteção à maternidade, notadamente à gestante e à mãe adotiva". O anteprojeto não prevê salário pa-

ra a dona-de-casa, mas reconhece o valor econômico do trabalho doméstico: "Lei complementar assegurará aposentadoria aos trabalhadores, inclusive às donas-de-casa e camponesas, que deverão contribuir para a seguridade social, levando em conta o sexo e a respectiva profissão". No mesmo capítulo da Ordem Econômica está a "proibição de diferença de salário e de critério de admissão, promoção e dispensa, por motivos discriminatórios de raça, cor, sexo, religião, opinião política, idade, estado civil, origem, deficiência física ou condição social."

No capítulo da Educação, prevista como "um direito de todos e dever do Estado", consta que ela "dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais do povo brasileiro". A responsabilidade do Estado começa a partir do nível primário.

As emendas apresentadas por Florisa na área de Saúde — "fiscalização e controle sobre experiências cirúrgicas e aplicação de anticoncepcionais e medicamentos de origem nacional ou estrangeira" e "assistência integral à saúde da mulher na infância, adolescência, maturidade e velhice, compreendendo o planejamento familiar" — não foram incluídas. Quanto ao aborto, como afirmou em artigo para **Mulherio** 24, Florisa não o considera matéria constitucional. Se introduzido no Congresso constituinte, diz ela, corre-se o risco de vê-lo definitivamente criminalizado. Acredita que será mais fácil conseguir sua descriminalização mais tarde, através do próprio Código Penal.



"Deputadas" são eleitas e votam na mini-constituinte da União das Mulheres (SP).

Contagem regressiva

Nesse ponto as mulheres se dividem: a posição contrária à de Floriza, francamente favorável a que se coloque a discussão, alega que os candidatos de forças reacionárias já têm uma proposta de criminalização do aborto, e por isso a discussão estará no Congresso independente de ser levada pelas mulheres. Acreditam que essa iniciativa deva partir do movimento, mesmo porque o tema tem sido muito discutido nos encontros e debates.

Outra questão polêmica é a do capítulo especial. A advogada feminista e candidata a deputada federal (PMDB/SP) Zulaiê Cobra Ribeiro diz: "cheguei até a achar que seria bom ter um capítulo à parte, mas aí comecei a ver que quando você capitula, quando você separa, você está reduzindo a mulher a um pequeno porte, você está discriminando".

"Sou a favor de um capítulo à parte", contra-argumenta M. Amélia, da União das Mulheres e CECF. "A mulher passa por uma discriminação tão

apontando como crime os casos de discriminação racial e criando mecanismos eficazes para que sejam punidos.

Algumas discordâncias e uma grande variedade de reivindicações não são os únicos problemas dessa Constituinte. Se as propostas das mulheres já estão sendo afinadas pela Comissão Provisória — o que dizer daquela que dá direito às jovens e jovens de ter seu pedaço de terra aos 18 anos? —, pode-se imaginar como será a luta a ser travada no Congresso.

Tudo indica que ela mal começou. Apesar da mobilização das mulheres, e do número de candidatas ter aumentado com relação às outras Constituintes, somos ainda muito poucas. Em São Paulo temos seis candidatas a deputada federal pelo PT, cinco federais e uma suplente de senador, pelo PMDB, cinco a deputada federal pelo PDT e quatro federais e uma ao senado pelo PH (não temos os dados do PSB, PC, PC do B). "E como ficará essa força mobilizadora das mulheres, se não tiver o respaldo de suas representantes na Constituinte?", pergunta a candidata Zulaiê, que acha que em 16 ou 17 de novembro iremos constatar que quase nenhuma mulher será constituinte.

Realmente. O otimismo vai desaparecendo, se a gente se lembra disso e dos vários sapos que já se engoliu com relação a essa Constituinte. Indo além do poderio econômico que rege essas eleições, é bom lembrar que queríamos uma Assembléia Constituinte exclusiva e não conseguimos. Que queríamos eleições separadas para a Constituinte e para os governadores — perdemos. Chegamos até a pensar em candidaturas avulsas, o que facilitaria para as mulheres, que não teriam que enfrentar o autoritarismo e machismo dos partidos. Que esperança...

O feminismo sem dúvida se constituiu numa força política, nos últimos dez anos. Agora é dar conta de sua tradução em meio a instituições tão emperradas, viciadas e conservadoras.

Texto final: Inês Castilho.
Com a colaboração de Ana Matilde de Mesquita Sampaio, Maria Lúcia de Barros Mott e Pérola Paes.

A Carta de Brasília

As 2000 mulheres presentes ao Encontro Nacional Mulher e Constituinte — camponesas, idosas, negras e muitas candidatas — se dividiram em comissões para aprovar os pontos que vinham desde o ano passado discutindo em suas cidades e estados. O resultado foi a Carta das Mulheres à Assembléia Nacional Constituinte, entregue no final da tarde aos presidentes de todos os Partidos e vários ministros, entre eles Marco Maciel, representando o presidente Sarney.

"Nós mulheres estamos conscientes de que esse país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for oferecido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembléias e palácios", diz a Carta, em seus princípios gerais. Dividida nos itens família, trabalho, saúde, violência, educação e cultura, questões nacionais e internacionais, ela inclui reivindicações que vão desde "o acesso das mulheres à titularidade de terras em planos de reforma agrária, qualquer que seja seu estado civil"; o valor social da maternidade e paternidade, com licença do pai nos períodos natal e pós-natal; a extensão dos direitos trabalhistas previdenciários dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais homens e mulheres; o direito de aposentadoria no campo aos 50 anos para as mulheres e aos 55 aos homens, ou depois de 25 ou 30 anos de trabalho, respectivamente; e ainda a "garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto como o direito de evitar ou interromper a gravidez". Em consonância com o movimento negro, a carta inclui ainda a obrigatoriedade desde a educação básica do ensino da História da África e cultura afro-brasileira, além da soberania na negociação da dívida externa, o rompimento de relações com países que pratiquem o preconceito racial, a liberdade e autonomia sindical, a integridade da população indígena e o acesso às fichas de informação individual mantidas pelos órgãos do governo, assim como uma política de proteção ao meio ambiente e contrária às experiências nucleares.

Presente ao Encontro, a viúva do ex-presidente chileno Salvador Allende, Hortencia Allende, ressaltou que "não haverá socialismo nem avanço democrático na sociedade sem a participação efetiva das mulheres."

A íntegra da Carta será transformada numa cartilha a ser enviada para os grupos de mulheres e candidatas em todo o Brasil, além de encaminhada oficialmente aos presidentes de partidos, ministros, presidentes da Câmara e Senado e à Presidência da República.



Lélia Gonzalez, candidata a federal (PDT/RJ)

grande, sua cidadania é tão desprezada, que deveria ser reforçada em princípios especiais". Outro argumento é o de que as mulheres querem ver inserida na Constituição a garantia de aplicação da convenção da ONU sobre a eliminação de toda discriminação contra a mulher, da qual o Brasil é signatário, além "da garantia constitucional de programas e políticas específicas voltadas para a mulher, que não poderão ser colocados em nenhum outro capítulo".

Para as mulheres negras, que também reivindicam um capítulo à parte, as propostas específicas são: resgatar a cidadania para obter as condições de dignidade e valor pessoal que lhes têm sido negadas, e a criação de nova legislação de proteção aos negros,

NA TERRA DOS CORONÉIS

As necessidades das mulheres em cada canto da casa, do bairro, da cidade, do país: o grupo Brasil Mulher de Salvador, Bahia, lança aqui seu manifesto para a Constituinte.



A Bahia é, seguramente, uma terra onde realça o contraste. Convivem aqui, historicamente, nem sempre de forma dócil, o que pode existir de mais genuíno da moral patriarcal com um movimento gerador de uma nova mentalidade que pouco a pouco vem ganhando corpo.

Aqui, onde ainda coronéis são donos de mulheres como de votos, gado, terra, o feminismo aportou, como em todo o país. Deixou semente, refluuiu, voltou com um novo fôlego — inicialmente circunscrito a pequenos grupos, então isolados e malqueridos, e hoje, enfim, circulando desenvolto nas instituições mais diversas, com garra guerreira, graça e leveza.

Não é que não existam mais mulheres e homens "como antigamente". Como em outros tempos, ocupamos, nós, mulherio, espaços inferiorizados na escala da cidadania, na urbis/ no campo, em casa, na rua, na vida.

Mas é indiscutível e evidente a mudança, hoje abrangente e, a nosso ver, irreversível. Aconchegam-se todas diante do que há dez anos atrás (para o Brasil) e há cerca de cinco (para a Bahia) cheirava ou fedia de longe a dispersão, divergência inconciliável entre mulheres. E prova disto a presença firme e marcante de palavras de ordem especiais convivendo nos diversos partidos políticos, sindicatos e associações: contra a violência sobre as mulheres, pelos investi-

mentos públicos na criação de condições para o exercício da maternidade, pelo direito à contracepção e, em muitos casos ao aborto (e à vida simultaneamente), pela igualdade de tratamento conjugal e outras tantas. É também sintoma do êxito da nossa luta a presença do feminismo a nível de organismos de Estado. Os Conselhos que proliferam nas diversas instâncias do poder têm contribuído, decisivamente, para essa mudança.

Nesse momento de Constituinte em que se alarga o debate, é hora de discutir as necessidades das mulheres em cada canto da casa, do bairro, da cidade ou do país, para precisar cuidadosamente o nosso lugar na nova lei.

Prá início de conversa interessante, na Constituição, a definição de princípios, meios (para aplicá-los efetivamente) e fins claros. A superação radical da atual dissonância existente entre a lei (vide o princípio da igualdade de todos) e a vida se cumprirá na medida em que se tornem explícitos mecanismos tais que inviabilizem qualquer infração. Isso nos interessa primordialmente. É importante preencher todas as lacunas que existem e possibilitam que a legislação ordinária — os Códigos — entre em desarmonia com a Constituição.

A nossos olhos importa, desde já, perceber detalhes, atentamente. Seremos espertas o bastante para averiguar minuciosamente a discriminação

da qual falamos, como quem observa, com um espêculo, o próprio corpo e percebe o conjunto. Assim, o nosso movimento em direção às conquistas na nova Constituição, deve ser destrinchar, timentim por timentim, a nossa discriminação em todos os níveis na sociedade, e, ao mesmo tempo, dar-lhe forma/fórmula como quem, manipulando a argila conhecida, consegue criar o instrumento para o gozo comum.

A realidade que nos interessa criar tem a ver com praticamente todas as



áreas que serão temática constitucional, na medida em que o patriarcalismo está em todo o universo das instituições que o ser humano conseguiu

criar. Assim, determinados princípios gerais têm que ser mantidos, outros inseridos, bem especificados de modo que a lei maior, que é a Constituição, possa ser a forma a ser completada na elaboração dos códigos — a

chamada legislação ordinária — para que possa imprimir, sem contradições nestas leis, dispositivos que garantam à população feminina o direito à cidadania plena, sem hipocrisia, jogando na lata do lixo o paternalismo, a ambigüidade com que são tratadas as mulheres na legislação brasileira.

Neste sentido, o movimento de mulheres, através das centenas de grupos, os mais diversos, que o compõe, já formulou e amadureceu na vivência do seu dia a dia alguns princípios fundamentais para serem inseridos no novo sistema legislativo como um todo. Aqui, sem pretender esgotar o tema, procuramos listar alguns desses princípios e sugestões:

1. Norma expressa, integrando o texto constitucional, dispoendo sobre a vinculação do legislador ordinário ao princípio da igualdade jurídica entre o homem e a mulher, coibindo-se, assim, o abuso de dispositivos que, embora inconstitucionais, subsistem em nosso direito.

2. Eliminação do papel de chefe da sociedade conjugal, prevista no Código Civil Brasileiro, e hoje exercido soberanamente pelo homem, que em decorrência disso é o representante legal da família, o encarregado de administrar os bens do casal e até bens particulares da mulher, possui o direito de fixar o domicílio da família, e é o encarregado de prover o sustento e manutenção da família.

3. Inserção de norma referente ao direito à reprodução (concepção e contracepção), extensivo a mulher de qualquer classe social, bem como garantia de condições pelo Estado para o exercício da maternidade para toda trabalhadora.

4. Abolição do crime de adultério da legislação penal.

5. Extinção do direito do marido anular o casamento em função do defloramento da mulher.

6. Eliminação da concepção discriminatória expressa na noção de "desonestidade", usada na legislação e aplicável somente às mulheres.

6. Tratamento igualitário entre mulheres e homens trabalhadores, atendendo para a especificidade da vida feminina, sem o que não se atingira essa igualdade.

No tocante ao trabalho noturno e horas extras — apenas para exemplificar — que estes sejam restritos ao caso excepcionais, de extrema necessidade de serviços para ambos os sexos.

Grupo Brasil Mulher

Racismo no sistema escolar

Um convênio firmado entre a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o Conselho da Comunidade Negra e a Fundação Carlos Chagas permitiu que fosse realizado um "Diagnóstico sobre a Educação de Negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo".

Além de uma intensa revisão bibliográfica sobre estudos e pesquisas que tratam da educação de negros, e de um capítulo especial sobre racismo em livros didáticos e paradidáticos, o diagnóstico contém um extenso capítulo de análise de dados coletados pelo Censo de 1980 e pela PNAD 82 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

As principais conclusões do relatório podem ser resumidas em alguns pontos: o pequeno, ou quase nulo, interesse de pesquisadores (as) em educação sobre o racismo no sistema escolar; a permanência de um racismo implícito (não-explicito) nos livros escolares, sendo a mulher negra a personagem mais discriminada; as menores oportunidades de acesso e permanência na escola de crianças negras, mesmo quando se controla a origem econômica da família; a tendência a que estudantes negros frequentem escolas (públicas e particulares) de pior qualidade que os brancos.

Quanto às diferenças entre os sexos observou-se uma tendência à proximidade nos padrões de escolaridade entre homens e mulheres nos limites atingidos pelo grupo racial. Assim, entre os primeiros educandos da raça branca se manifestam entre homens e mulheres brancas, a discriminação educacional contra os negros se manifesta, também, de forma equivalente para ambos os sexos.

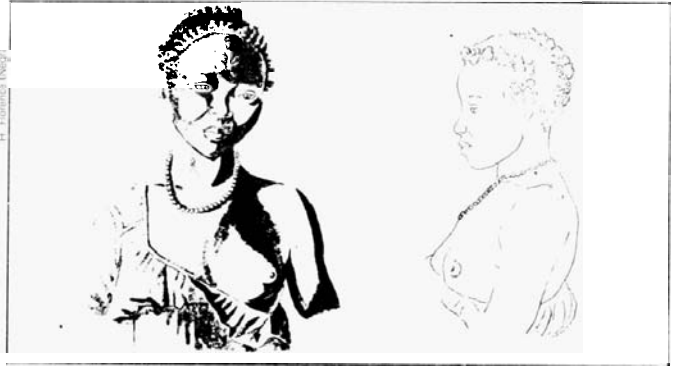
A grande diferença observada entre homens e mulheres, e que embaraça as afirmações núbis, diz respeito ao impacto do nível de instrução no rendimento mensal. Os rendimentos mensais das mulheres, quer se trate de brancas ou negras, têm o mesmo nível de instrução que os homens, são sistematicamente inferiores, e esta diferença aumenta à medida em que as pessoas se tornam mais instruídas.

Por exemplo, o rendimento médio das pessoas com terceiro grau completo (curso superior), res. não em São Paulo era, em 1980 (em Cr\$): homens brancos, 66 880, homens negros, 40 014, mulheres brancas, 24 750, mulheres negras, 20 380. Isto quer dizer que, para este nível de instrução, as mulheres negras tinham um rendimento equivalente a 30% do que recebam homens brancos; 51% do que recebam homens negros, e 82% do que recebam mulheres brancas.

Por sua vez, as mulheres brancas recebiam 37% do que recebiam homens brancos; 62% do que recebiam homens negros e 18% a mais do que recebiam mulheres negras.

O relatório, ainda em versão preliminar, pode ser consultado na Biblioteca da Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, São Paulo, Telefone: (011) 211-4511.

Fúlvia Rosenberg



A vida nas escolas

Derrubar as paredes da sala de aula, que fazem da educação uma atividade isolada do cotidiano. Esse foi um dos objetivos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do Ministério da Educação ao convidarem as escolas de todo o país para, dia 8 de março, promoverem o "Dia Nacional de Debates sobre o Papel da Mulher na Sociedade".

Em São Paulo, onde 2.972 escolas (53,5% do total) relataram suas atividades, pode-se perceber interesse de crianças, adolescentes e professores,

além de uma grande carência de informações sobre o assunto. Sílvia Pimentel, da Secretaria de Educação (SP), está providenciando a análise desse material para dar um retorno às escolas, além de tentar fazer com que o 8 de março passe a constar do calendário escolar.

O Conselho da Comunidade Negra (SP), através da sua Comissão de Educação, tomou a mesma iniciativa com relação ao 13 de maio, tornando-o um dia de denúncia contra o racismo.

Acredite se puder

"Uma prova da perpetuação do preconceito racial contra negros vem sendo dada na Bahia há mais de um mês. O Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana — um "sanatório" de planejamento familiar criado pelo médico Elismar Coutinho — lançou nos jornais e na televisão uma campanha publicitária, dia 24 do mês passado, visando a recolher fundos.

Criada gratuitamente pelo publicitário Fernando Barros, vice-diretor da agência de propaganda CBBA-Propeg, a campanha tem dois anún-

cios: um deles põe o slogan " defeito de fabricação" ao lado da fotografia de um garoto negro com correntinhas no pescoço, canivete na mão e uma tarja nos olhos. Acompanhando o conjunto, o seguinte texto: "Tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado ou vai ser embaixador (...). Infelizmente, tem filho que já nasce marginal".

O outro anúncio utiliza uma fotografia deprimente, de uma mãe negra, grávida, coberta em parte por um lençol branco, acompanhada de mais um slogan: "Também se chora de barriga cheia".

Jornal do Brasil, 1º/6/86

Religiosas negras discutem preconceito I

Foi dia 22 de junho, na Igreja da Boa Morte — fundada por negros e mulatos —, que cerca de 25 freiras negras se reuniram com Padre Toninho, Reitor da Faculdade de Teologia e agente de Pastoral, para refletirem sobre "O papel da religiosa negra na Igreja, hoje". Em Belo Horizonte, entre 11 e 15 de julho, realizou-se o III Encontro de Religiosas Negras da Congregação de Jesus Crucificado.

Religiosos negros discutem preconceito II

Em resposta ao debate sobre a comunidade negra, a presidência da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — aprovou a questão negra como tema para a Campanha da Fraternidade de 1988. A proposta foi aceita por 41 contra 5 votos e deixou-se para os próximos encontros regionais o plano de participação dos grupos negros no desenvolvimento do tema.

Escolas de mulatas

A contradição fundamental colocada hoje, com a inauguração da Escola de Formação Profissional de Mulatas no Rio de Janeiro, é o conceito de arte que está por trás dela. O que diferencia o balé de origem clássica do balé do negro é sua origem étnico-cultural, determinante do seu espaço social de re/conhecimento. Se, no primeiro caso, a venda da força de trabalho está calcada na arte de dançar, no segundo está colocada a comercialização do corpo, o que limita sua participação política no Sindicato dos Bailarinos.

A mulata se coloca para o mundo branco no seio da contradição entre o desejado e o proibido. Fêmea do mulo, animal mamífero resultante do cruzamento do jumento com a égua ou do cavalo com o jumento, este é o resultado da transgressão da norma; onde o senhor de escravo, guiado pelo desejo de satisfazer suas fantasias eróticas, proibidas com a mulher branca, submetia a negra aos seus ataques sexuais.

Se num primeiro momento o termo mulata era indicativo de uma tipificação racial — resultado da relação entre brancos e negros — neste momento se constitui como categoria profissional, uma condição social, um emprego, enfim, um modo de vida. Seria o caso de perguntarmos: não estaríamos, concretamente, passando pela institucionalização legal das práticas racistas no Brasil?

Maria Lúcia da Silva
Comissão de Assuntos da Mulher Negra
Conselho Estadual da Condição-Feminina



Mulherio 18
mujnerio 18

A nova república e a velha violência

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CUT, a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário, a CNBB e a Associação Brasileira de Reforma Agrária publicaram em informe publicitário, datado de 25 de julho deste ano, dados do Ministério da Reforma Agrária mostrando que desde a instalação da "Nova República", em 15/3/85, até aquela data, foram assassinados no campo 274 trabalhadores rurais, 13 dirigentes sindicais, 26 índios, 4 advogados, 2 padres, 2 religiosas e um pastor protestante. E pasmem: nenhum assassino, até então le provavelmente até hoje!, foi em cana. Ninguém sofreu nenhuma punição, nem os assassinos nem seus mandantes, latifundiários.

Permanece, então, na "Nova República" a velha prática de cadeia ser feita só para pobre. E pior: muitas das pessoas que se opunham ao regime militar e que se indignavam contra os assassinatos anteriormente, agora, na posição de "autoridades", jogam a culpa pelos assassinatos nas próprias vítimas ou na oposição à esquerda do regime, exatamente como faziam, ou tentavam fazer, as autoridades do regime anterior. E o número de assassinatos está muito maior do que antes.

Tá certo que a gente não podia esperar nada das figuras expoentes do regime militar, que viraram "democratas" de repente e continuam nos principais cargos atualmente. Mas e os ex-oposicionistas? Bom, aí nada resta fazer do que lembrar aquele velho ditado: "quer ver o vilão, põe-lhe o chicote na mão".

Mouzar Benedito



Fazenda Santa Edwiges, Grupo Fazanella, em Angatuba

Trabalho escravo

"Se eles não recebem em dinheiro e não têm condições de sair de lá, estão trabalhando como escravos". Saída da presidência do Conselho Estadual da Condição Feminina (SP) para a Secretaria do Trabalho — primeira mulher a ocupar esse cargo — a engenheira sanitária Alda Marco Antonio não perdeu tempo. Em operações sigilosas armadas com a assessoria de Marise Egger, descobriu vários focos de trabalho escravo no estado. Entre os proprietários dos grandes grupos empresariais da região de Angatuba e Itapetininga — onde duas mil pessoas, entre elas centenas de mulheres e crianças, estão sendo exploradas em regime de semi-escravidão — estão dois candidatos ao governo de São Paulo: Paulo Maluf e Antonio Ermirio de Moraes. Que agora estão tendo que se explicar, para tentar manter a fama de "bom empresário" que, pelo menos um deles, ainda consegue vender.

Flo, a baleia.



Baleia na av. Paulista? Pois é, Flo, uma baleia inflável de 12 metros de comprimento (réplica da espécie jubarte, em extinção), esteve passeando por São Paulo no braços de cerca de 300 pessoas no dia 16 de agosto, coincidentemente dia do 41º aniversário da explosão nuclear de Hiroshima. O evento fez parte de manifestações promovidas pelo CEACON (Centro de Estudos e Atividades e Conservação da Natureza), pela aprovação no Senado Federal de projeto de lei que proíbe a caça às baleias em todo o litoral brasileiro. Flo já passou por Brasília e tem feito viagens por vários países participando de campanhas semelhantes em favor das baleias.

Wilson Roberto Bekesas

Preparem o lombo

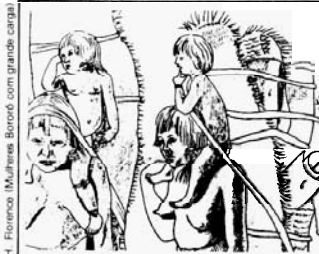
Ao que tudo indica, as próximas festas juninas vão ser mais animadas na Serra do Cachimbo. As bombinhas que os militares brasileiros querem soltar lá são de deixar qualquer milico argentino morrendo de inveja. E nós brasileiros morrendo de medo,

pois as armas adquiridas ou desenvolvidas pelo Brasil, desde 1945, para manter uma suposta superioridade militar brasileira no continente, nunca foram usadas contra nenhum "inimigo externo", mas só contra brasileiros da oposição.

Mouzar Benedito

Os índios contam sua história

A União das Nações Indígenas está elaborando o projeto "O Índio conta a sua história", que pretende recuperar a história dos indígenas brasileiros, das várias etnias, através da sua própria fala. Maiores informações: Rua Ministro Godoy 1484 s/ 57, 05015 São Paulo SP.



H. Florence (Mulheres Bororo com grande canoa)

MULHERIO MULHERIO MULHERIO

É o único jornal feminista de alcance nacional. Discute as relações entre os sexos e o mundo de interesse das mulheres. Onde você se informa a respeito da produção de livros, pesquisas, cursos, concursos, filmes, vídeos feitos por mulheres no Brasil e no mundo.

Assinar o Mulherio é ter certeza de recebê-lo de dois em dois meses na sua casa, dando-lhe acesso a um mundo de informações que você não encontra em nenhum outro órgão de imprensa. **Assine Mulherio.**

Cheque ao Núcleo de Comunicações Mulherio no valor de Cz\$ 60,00, à Rua Cunha Gago, 704, CEP 05421, São Paulo, SP.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome _____
 Rua n.º apto. _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____
 Profissão _____
 Idade _____ Telefone _____

ESTUDOS SOBRE MULHERES

PESQUISA

O 4º Concurso de Pesquisa sobre Mulher, promovido pela Fundação Carlos Chagas (SP) com o apoio da Fundação Ford, financiou 24 entre os 114 projetos que recebeu. Entre os contemplados há uma presença marcante dos temas mais tradicionais dos estudos sobre mulher, como Trabalho, Família, Saúde e História, ficando a grande novidade por conta da afilidade de projetos relativos à construção da identidade feminina, tanto da perspectiva antropológica, quanto psicológica.

Estes são os projetos: **A gestação: discurso e ritual**, de M. José Pinto (MG); **As interações de gênero, classe e raça nas relações entre a empregada e a dona-de-casa: uma contribuição ao estudo da identidade sexual e da questão das diferenças entre mulheres**, de Sandra M. Azeredo (RJ); **Por que não mais filhos, porque não menos filhos**, de Ivonete B. Xavier (PE); **A mulher no sistema testamentário do Brasil colônia**, M. Beatriz N. da Silva (SP); **Visível x Invisível: repensando o significado do trabalho da mulher camponesa**, de Antônia E. Luzzardi (RS); **Batalhadoras da rua: a identidade feminina das meninas no "mundo da rua"**, de Sandra M. de Castro, Hebe S. Castro, Gilda Delgado, Sylvia H. Padilha, Lúcia R. Pinto (RJ); **A mulher comercial: um estudo sobre a força de trabalho feminina no comércio em Belém**, de M. Celeste M. Medeiros (PA); **Mulher e Contraceção: entre o técnico e o político**, de Regina M. Barbosa (SP); **Feminismo: um olhar para dentro**, de Sônia M. Miguel (SC); **O belo sexo — a construção da identidade feminina na sociedade carioca em fins do século XIX e início do século XX**, de M. Fernanda B. Bicalho (RJ); **Nem é preciso que o amor seja a palavra... Uma análise dos fatores que incidem na escolha do cônjuge**, de Adriana G. Piscitelli (SP); **O homem na matrifocalidade**, de Russell P. Scott (PE); **O universo doméstico e o imaginário social feminino das camadas médias na década de cinquenta**, de Alice I. de O. e Silva (MG); **Aborto e transgressão feminina**, de Eliana Fonseca Stefani (MG); **A identidade dividida: a mulher na polícia militar**, de M. Alice Medeiros, Marcos L. Bretas (RJ); **Religiosas: vocação e identidade — estudo de caso junto a duas congregações religiosas no estado de Santa Catarina**, de Miriam P. Grossi (SC); **Expostos, roda e mulheres: um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**, de Margaret de A. Gonçalves (RJ); **A mulher terena: espaço e status**, de M. Cristina da S. Galan (SP); **A violência sexual como componente da cultura: reflexões de quem a viveu**, de M. Lúcia A. Medeiros (MG); **Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste — 1976/1985**, de Lília V. dos Santos, Paola Giuliani (PB); **A relação creche-família: relato de uma experiência**, de Lenira Hadad (SP); **As mulatas que não estão no mapa**, de Suelli Carneiro e Silvia de Souza (SP); **Mulheres da Castanha**, filme de Edna Castro e Simone Raskin (SP/PA).

REVISTAS E JORNAIS

Foi numa noite de julho, na sede do *Mulherio*. A ideia da reunião surgiu a partir de notícias sobre novas publicações feministas, institucionais ou de grupos. E chamamos o pessoal para conversar: Oliveira Rangel, da revista *Presença da Mulher*; Maria Carneiro da Cunha, responsável pelo projeto editorial de uma revista de arte feminista do Rio de Janeiro; Albertina de Oliveira Costa, da Fundação Carlos

Chagas, Vera Lúcia Benedetto, idealizadora do *Jornal da Mulher*, do Conselho Estadual da Condição Feminina (SP); Tania de Fúscio e M. Aparecida Schumaner, do



Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Maria Elisa Leonel, coordenadora para a Política Cultural da Mulher do Ministério da Cultura; e Maria Lúcia de Barros Mott, Pérola Paes, Ana Matilde de Mesquita e Inês Castilho, pelo *Mulherio*.

Os projetos estão em estágios diversos: "apenas a nível do desejo", como deixou claro Albertina, sobre uma revista acadêmica nacional, se possível latino-americana, ainda mal-aínhavado, como informaram Schuma e Tania, sobre o projeto de revista do Conselho Nacional; com linha editorial definida, como contou Maria Carneiro da Cunha sobre a revista de arte de iniciativa de feministas cariocas, entre elas Danda Prado; ou já no forno, como é o caso da *Presença da Mulher* e do *Jornal do Conselho*, que lançaram seus primeiros números naquele mesmo mês. Maria Elisa, do MINC, esteve presente como observadora.

Conversamos sobre os limites das publicações institucionais, formas de apoio das instituições às publicações independentes, estratégias de ajuda mútua e o itinerário do *Mulherio* desde o projeto (feito também por Maria Carneiro da Cunha) até agora. E percebemos que é grande a carência desse tipo de informação no mercado, o que por si só justifica novos lançamentos: uma publicação valorizará a outra, ajudando a despertar o interesse do público.



A Revista da Fundação SEADE, São Paulo em Perspectiva, publica um número

especial sobre Mulher, Sociedade e Estado, em janeiro/abril deste ano. Dois artigos analisam mercado de trabalho e emprego: o de Atsuko Haga, "A participação atual da mulher no mercado de trabalho" com dados relativos ao estado de São Paulo e o de Cristina Bruschini "Mulher e Trabalho; uma avaliação da Década da Mulher (1975-1985)" com dados nacio-

nais. Fúscio via Rosemberg faz um balanço da educação feminina nos últimos dez anos em "A educação forma a Mulher". Os problemas cruciais da saúde e alimentação são examinados em "Mortes maternas", de Carlos Eugênio de Carvalho Ferreira e Paulo Cecevia, e "A saúde da mulher no Brasil: 1975-1985", de Carmem Barroso.

A revista LUA NOVA de janeiro-março de 1986 (vol 2, nº 4) traz um dossiê especial sobre violência e sedução nas relações homem / mulher. É interessante notar que não há chamada de capa sobre o dossiê: artigo de Mariza Correa "Boloro de machão só se canta na prisão", analisando os avanços dos movimentos de mulheres e as ambiguidades que resultam da incorporação pelo Estado das reivindicações feministas; entrevista com Rosmary Correa, titular da primeira Delegacia Especial de Mulheres e o artigo de Marijane Lisboa sobre sedução, sedutores (as) e seduzidos (as).

LIVROS

Solange de Deus SIMÕES. *Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1985.

Em 1962, inesperadamente, mulheres irromperam no cenário político brasileiro, protagonistas na linha de frente das mais diversificadas manifestações, rompendo com uma tradicional presença passiva e de mera clientela. Elas não apareciam isoladas e sim articuladas em grupos femininos — Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) na Guanabara, União Cívica Feminina e Movimento de Arregimentação Feminina em São Paulo, Liga da Mulher Democrata em Minas Gerais, Cruzada Democrática Feminina em Pernambuco e Ação Democrática Feminina Gaúcha no Rio Grande do Sul — e contribuíram decisivamente na eclosão do golpe civil-militar de 1964. Em *Deus, Pátria e Família*, originalmente tese de mestrado, Solange analisa como a condição de mães, esposas e donas-de-casa levou estas mulheres à atuação política.

Maria José O. ARAÚJO, Nilva F. PEREIRA, Carmen BARROSO, Cecília SIMONETTI. *Métodos Anticoncepcionais: o Direito à Informação*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1986 (publicado com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher).

Saber que método anticoncepcional usar, respeitando o próprio organismo, ciente dos riscos, eficácia, contra-indicações é um direito que todos temos. Por falta ou mesmo sonegação de informações, pouca atenção, cuidado com o nosso corpo e, mesmo com o do outro, acabamos muitas vezes por optar / decidir inconscientemente.

Este livro explica os vários métodos contraceptivos — o Ogino Knauss; o da temperatura basal; o Billings; o sintotérmico; o do coito interrompido; o diafragma; a capa cervical; a esponja anticoncepcional; o condom; as espermicidas vaginais; os anticoncepcionais orais; o sistema Norplant; o DIU; a esterilização e vasectomia. Não é um relatório frio. É um livro cuidadoso, que nos ensina a ouvir o nosso corpo levando em conta o sentir-diferente de cada um de nós.

A pesquisa foi feita pela Fundação Carlos Chagas e contou, para sua impressão, com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Está sendo utilizado por Centros de Saúde, alunas de escolas de enfermagem, grupos de mulheres. A distribuição é gratuita. Pedidos para: Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo, SP; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Edifício Sede do Ministério da Justiça, 4º andar, sala 445, CEP 70064, Brasília, DF; Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (do qual fazem parte duas das autoras), R. Baltazar Carrasco, 89, CEP 05426, São Paulo, SP. O Coletivo está distribuindo o livro em troca de uma pequena contribuição.

Dulcília Schroeder BUITONI. *Imprensa feminina*, série Principios, São Paulo, Atica, 1986.

Traça os contornos de uma imprensa definida pelo sexo, onde apesar da área de abrangência ser infinita, a perspectiva é a do âmbito doméstico, e onde a novidade substitui a notícia. De folhetos tipográficos de quatro páginas às revistas coloridas, vanguarda das últimas conquistas gráficas, a trajetória a nível internacional serve para contextualizar a evolução das revistas e jornais para mulheres no Brasil. Analisa alguns pontos importantes de reflexão sobre essa produção que frequentemente se debate entre a estética da utilidade e a estética da futilidade.

NÚCLEOS

Núcleo Mulher, primeiro boletim bimestral do Núcleo de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero da USP, publica os resultados preliminares do levantamento que vem sendo realizado sobre cursos e pesquisas recentes ou em andamento no âmbito da USP e da cidade de S. Paulo.

Os cursos voltados especificamente para a questão da mulher ainda são muito poucos. Antes de 1985 mal alcançavam uma dezena e eram todos de pós-graduação. 6 na Escola de Comunicação e Artes sobre a presença feminina na imprensa, música e arte, uma na Letras sobre representação do feminino na literatura, um na área jurídica sobre o trabalho da mulher e apenas um sobre movimento feminista na área das Ciências Sociais.

Em 1986 a situação é mais promissora: 17 cursos de graduação e 8 de pós, nas áreas de Ciências Sociais, Comunicações, Letras, História, Geografia e Direito.

O endereço para correspondência é: Antiga Reitoria, Travessa J, 374, CEP 05508, Cidade Universitária, São Paulo.

CLASSIFICADOS

LIVROS USADOS, RAROS E ESGOTADOS: Solicite nosso catálogo. ESPAÇO CULTURAL — Livros & Artes, Rua São João, 357 — (032) 211-2029; 36013, Juiz de Fora — MG.

USE E ABUSE: Daqui para frente fica reservado este espaço para que nossas leitoras e leitores possam anunciar compras, vendas e trocas. Enviando duas assinaturas, o anúncio é publicado.

EDICON (Editora e Consultoria Ltda.), Rua Tapeva nº 88 — Be a Vista — CEP 01332 São Paulo, SP, fone 289-7477 e mais local onde você pode encontrar o MULHERIO.

ESPÉCULO PARA AUTO-EXAME E EXAME GINECOLÓGICO, tamanhos pequeno, médio e grande. Vendas à Rua Verqueiro, 2994, CEP 04102, São Paulo, SP. O preço é Cz\$ 40,00 mais despesas de correio.

MULHERES EM MOVIMENTO

Participação Política da Mulher no Cone Sul

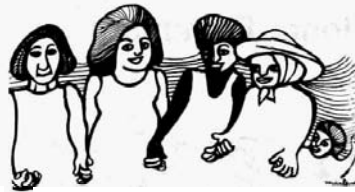
De 26 a 29 de junho último, mais de cem mulheres de cinco países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) estiveram reunidas em Montevideo para discutir a Participação Política da Mulher no Cone Sul. A conferência, organizada pela jurista Lilli Lobsack com a colaboração de Jutta Marx, foi realizada sob os auspícios da Fundação Friedrich Neumann, da República Federal da Alemanha. O tema e a ocasião foram extremamente oportunos, ao possibilitar o intercâmbio de experiências entre representantes de países que retornaram há pouco ao regime democrático e de outros que ainda estão lutando para alcançá-lo.

Não se pode falar verdadeiramente em democracia se a metade da população, que são as mulheres, dela não participarem mais ativamente. As "mães da Plaza de Mayo", na Argentina, e o movimento de mulheres pela anistia, no Brasil, são exemplos bem vivos e recentes do peso da atuação feminina para a abertura de novos espaços políticos. Infelizmente, porém, ela não se tem traduzido, após o retorno à democracia formal, numa presença mais ampla e mais forte das mulheres dentro das estruturas políticas tradicionais, como partidos políti-

cos e sindicatos, ou mesmo dentro do aparelho do Estado, onde a nomeação de alguma mulher para cargo de destaque ainda assume um caráter excepcional; essa presença tímida e esparsa está totalmente em descompasso com o avanço real que ocorreu no âmbito da sociedade, nestes últimos anos.

Nas últimas eleições legislativas argentinas, já em regime democrático, o número de candidaturas que os partidos políticos destinaram às mulheres foi considerado absolutamente insignificante pelas representantes daquele país. E, aqui no Brasil, em pleno ano de eleições para a Constituinte, corremos o risco de ver eleitas bem poucas deputadas identificadas com os movimentos de mulheres, uma vez que o próximo pleito mais parece uma disputa de cartas marcadas, tal o volume dos interesses em jogo.

Fica claro, assim, que só o retorno a um regime mais democrático é insuficiente e as mulheres terão forçosamente que se organizar melhor, se não quiserem ver suas reivindicações mais uma vez preteridas ou esquecidas. Daí a importância das discussões em torno das causas que impedem ou dificultam a maior participação feminina no terreno da política institucionalizada. E, como se pôde constatar nessa conferência internacional, elas são múltiplas: a rigidez da estrutura das máquinas partidárias e organizações sindicais, o tipo de formação a que é submetida a maioria da população feminina, os preconceitos culturais ainda muito fortes em países de



tradição machista e as próprias circunstâncias da vida cotidiana da maior parte das mulheres, que não podem dedicar tanto tempo quanto os homens ao ativismo político, por acumularem as tarefas do âmbito privado.

A situação é, com uma ou outra nuance, bastante parecida em todos os países. As medidas possíveis para modificá-la foram amplamente discutidas em Montevideo e coincidem com as propostas apresentadas pelo movimento feminista na última década. Mas as discussões foram particularmente interessantes e ricas, porque delas participaram mulheres com perfis e visões bastante diversificados: as que já integram o aparelho do Estado, militantes de partidos, representantes sindicais, militantes feministas e de outros movimentos sociais e pesquisadoras. Outro ponto a assinalar é que a organização das mulheres pode ser vista como um processo e ali estavam também representados momentos ou fases diversos do mesmo. Em alguns países, como o Uruguai, só nos anos mais recentes surgiram condições objetivas para colocar as reivindicações específicas das mulheres, tendência que ganhou in-

tensidade com a volta ao regime democrático. Em outros, como o Chile e o Paraguai, muitas daquelas que lutam contra as ditaduras que ali persistem, estão convencidas da necessidade de colocar essas questões desde já. A troca de experiências com militantes de outros países contribuiu para fortalecer essas posições.

As delegações mais numerosas eram naturalmente a do país hospedeiro e, pela proximidade geográfica, a da Argentina. A do Brasil era bem pluralista, com representantes da área institucional como Jaqueline Pitanguy, presidente em exercício do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e Alda Marco Antônio, secretária do Trabalho do Estado de São Paulo, estudiosas da questão feminina e militantes feministas como as advogadas Sílvia Pimentel (SP) e Branca Moreira Alves (RJ), candidata à Constituinte como Anita Pires (SC), dirigentes sindicais como Nair Goulart (do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo), escritoras como Sílvia Cintra Franco (assessora de Comunicação do Conselho Estadual da Condição Feminina / SP), educadoras como Marly Silveira (Brasília), jornalistas como Terezinha Cardoso (Paraná) e a que assina esta nota e artistas como a cineasta Eunice Gutman (RJ) e a mimica Denise Stoklos (SP). A prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, convidada mas impedida de comparecer, foi representada por Maria Consuelo Lins.

Maria Carneiro da Cunha



GUIOMAR: UMA MULHER DE CORAGEM

Guiomar de Mello, candidata a Deputada Estadual pelo PMDB de São Paulo, sempre acreditou que a Educação é matéria obrigatória para uma vida melhor e que todos devem ter voz ativa neste debate. Comprometida com a construção de escolas politicamente envolvidas com os interesses populares, sem perder de vista a eficiência e a seriedade do ensino básico, ela fez da Educação sua área de atuação política e profissional, abrindo o debate para problemas mais amplos.

O seu depoimento, em 1976, no Senado é testemunho disto; denunciou a desigualdade de tratamento sofrido pela mulher na Educação e no trabalho. Por isso, Guiomar vem recebendo o apoio dos mais diversos segmentos da população e a força das mulheres. Prova disto é o depoimento de Maria da Conceição Tavares, economista e membro da Executiva Nacional do PMDB que resume a trajetória de Guiomar:

"A militância política e a vida profissional de Guiomar de Mello são marcadas pela luta contra a discriminação e melhoria da educação, especialmente a das crianças das camadas populares. Professora universitária, autora de vários livros, mili-

As Mulheres Perguntam:

Como Deputada Estadual, qual o seu compromisso com a mulher?

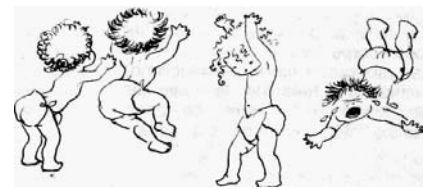
E Guiomar responde:

"Embora minha candidatura se origine na área educacional, ela não está restrita somente a esse ponto. É preciso defender a mulher, para que ela possa desempenhar plenamente seu papel de trabalhadora, cidadã e mãe, responsável pelo futuro do país. Mulheres e homens, educadores ou não, nós todos sabemos que Educação é a grande lição da democracia".

tante do MDB e, depois, do PMDB, atualmente membro da Executiva Estadual de PMDB e candidata a deputada estadual, Guiomar de Mello tem revelado coragem para por em prática os ideais que sempre defendeu".

Como Secretária de Educação do Município de São Paulo, em três anos, Guiomar construiu 74 novas escolas, abriu 178 mil vagas na pré-escola e 1º grau, criou o curso noturno em 54 escolas municipais, aumentou em 240% as vagas dos cursos supletivos e melhorou a qualidade da merenda. Com a reestruturação da carreira, aumentou os salários dos professores e especialistas, realizou concursos para professores e especialistas e colocou em ação os Conselhos de Pais, Professores e Alunos.

Agora, Guiomar conta com o seu voto para garantir no Legislativo melhores salários e condições de trabalho, mais vagas nas Universidades Públicas, mais creches para trabalhadores, melhoria na qualidade de vida de todos, mais apoio que assegurem à mulher sua plena realização e igualdade entre homens e mulheres.



CRECHE

- A creche e a pré-escola por Maria M. Malta Campos et al. nº 39
- O apego e as reações da criança à separação da mãe por Maria Clotilde R. Ferreira nº 48
- Trabalhando com pais por Elvira S. Lima et al. nº 49
- Creche: solução ou problema por Marisa C. Lobo da Costa nº 50
- Lidando pobremente com a pobreza — análise de uma tendência no atendimento de crianças carentes de 0 a 6 anos por M. Aparecida C. Franco nº 51
- Lares vicinais em Porto Alegre: avaliação de um programa para crianças de 0 a 6 anos por Euza Bonamigo nº 51
- O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche por Fúlvio Rosemberg nº 51
- Propostas para atendimento em creches no município de São Paulo por Zilma de M. Ramos et al nº 56
- Creches domiciliares: argumentos ou falácias por Fúlvio Rosemberg nº 56
- Creches e berçários em empresas privadas paulistas por Adriana Maria Carbonell et al nº 57

Estes e outros artigos tratando da criança de 0 a 6 anos, você poderá encontrar nos

8º Encontro Nacional Feminista



Refletindo sobre a palavra que melhor caracterizasse o 8º Encontro, realizado em Petrópolis em agosto, concluí que é a **diversidade**. Mulheres do Cuiabá ao Chui, literalmente; outras, brasileiras adotadas; ricas, pobres, remediadas; negras, indígenas de vários grupos étnicos, brancas e poucas nisseis; trabalhadoras do campo, estudantes, secretárias, operárias, candidatas, professoras, médicas, empregadas domésticas, artistas, etc., etc.; militantes da academia, dos partidos políticos, de grupos, coletivos, associações, clubes e mesmo "avulsas"; mães, homo, hetero, bissexuais; jovens, muitas jovens na casa dos 20 anos, outras tantas com mais de 30 e algumas passando dos 60. Ao todo, descontando-se o vai-e-vem diário, umas setecentas mulheres.

Entre uma e outra alteração, a programação seguiu dentro dos três grandes temas propostos: **Construindo nossa identidade** (nós e o trabalho; e os meios de comunicação; e a nossa sexualidade; a arte e a cultura; e o feminismo); **Usos e abusos do nosso corpo** (nós e a saúde; violência; racismo; sexismo; ecologismo; pacifismo) e **Relações de poder** (as relações de poder entre nós; entre nós e o Estado; entre nós e as nossas

famílias; entre nós e as organizações da sociedade civil).

As "oficinas" formaram-se segundo o interesse de cada participante, a colônia de férias propiciou a informalidade: **play-ground**, beira da piscina, bar, ginásio de esportes, salão foram os locais das reuniões. Espaços às vezes pequenos para acolher tantas interessadas. As coordenadoras das "oficinas" frequentemente precisaram de muito jogo-de-cintura, já que não estiveram sempre entre seus pares.

Um Encontro reunindo "feministas de todo o país, de todos os matizes", certamente não teve a mesma ressonância e importância na vida de cada uma de nós que esteve lá. Ouvi avaliações emocionadas, críticas apaixonadas (de prós e contras), reflexões de coletivos e discussões informais. No fundo, a maioria delas referiam-se às vantagens ou não de ser um Encontro aberto a todas as mulheres, feministas ou não. Muitas questões importantes certamente deixaram de ser discutidas em profundidade — como a do aborto — outras tantas de ser amarradas — como a da Constituição. Mas como conciliar tantas faces e facetas, respeitando as diferenças e divergências? Nós estamos chegando lá.

Maria Lúcia de Barros Mott



Resultados na luta pró-leite materno

No momento em que a Assembléia Mundial de Saúde aprovava a resolução de que todos os países membros deveriam proibir companhias de doar leite substituído do materno às maternidades, **acontecia** perto de Genebra uma reunião internacional dos grupos IBFAN — **International Baby Food Action Network**, que lutam pelo direito à amamentação.

A decisão da Assembléia marcou uma vitória dos ativistas que, por fim, convenceram os delegados oficiais

que esse leite industrial é necessário para menos de 5% dos bebês das maternidades.

Entre esses grupos, há vários que **através da luta pró-leite materno, lutam também** pelos direitos das mulheres verem reconhecido socialmente o exercício da maternidade, da concepção à amamentação.

A representante da IBFAN no Brasil é **Marina Rea da Divisão Materno-Infantil** do Instituto de Saúde (SP)

Ministério X Sexo

A política tem razões que a própria razão desconhece. Que motivos teriam levado o Ministério da Saúde a suspender a utilização dos folhetos de educação sexual, adquiridos com verba suademente conseguida pelo próprio Ministério, junto à Organização Mundial da Saúde?

Que motivos o teriam levado a comprá-los, em primeiro lugar? Saúde da mulher é "coisa complicada. Sem educação sexual é inviável, o Ministério parece ter reconhecido. As usuárias bateram à porta dos serviços públicos exigindo melhor atendimento. Muitas mulheres batalharam pela inclusão de saúde e sexualidade no debate político. Não foi fácil, podem atestar umas e outras. Mas surtiu algum efeito: a educação sexual ganhou legitimidade. E até as agências da ONU colaboraram um pouco, recomendando a eliminação da discriminação contra a mulher.

Mas, e na hora de colocar em prática: quem treinaria os profissionais de saúde? Foi necessário recorrer a quem tinha experiência ampla na área. E os folhetos de educação sexual da Fundação Carlos Chagas têm currículo para ninguém botar defeito. Já foram usados em centenas de grupos pelo Brasil afora, com mulheres de periferia, de zona rural, profissionais de saúde, educadores e outros que tais. E discutidos e analisados em congressos científicos nacionais e internacionais: da SBPC à Associação Internacional de Sociologia.

Segundo capítulo: por que, de repente, teriam sido ameaçados de queima? As más línguas dizem que, se o Ministério da Saúde fechar, ninguém vai perceber. Tal a sua debilidade política, financeira e técnica. Mas lá dentro há gente bem intencionada ou, pelo menos, que quer ter um impacto político. É pena que seus esforços sigam uma lógica fraquinha. Que parece ter sido esta: 1) O problema da esterilização é grave; 2) O Ministério não tem meios de coibir os abusos; 3) A única forma do Ministério marcar presença é banir folhetos que falem do assunto. Se foi este o raciocínio, o tiro saiu pela culatra, pois ficou logo claro que os folhetos não defendem a esterilização, apenas alertam para sua irreversibilidade, informação muito necessária, diga-se de passagem.

Há também interpretações menos generosas: o motivo real teria sido o moralismo dos burocratas de Brasília ou o receio de assustar os eleitores baianos, cujo grau de abertura em questão de sexualidade ainda é uma incógnita.

De qualquer forma, é uma pena. Perde o Ministério a oportunidade de realizar um trabalho sério e inovador. Perdem as mulheres usuárias dos serviços. O que consola é que os folhetos continuam à disposição dos interessados, que podem solicitá-los ao Coletivo Sexualidade e Saúde, rua Baltazar Carrasco, 89, 05426, São Paulo, fone: (011) 212-8681.



Tiros no alvo errado

Ao ser acusado na revista *Veja*, pelo Ministro da Justiça, Paulo Brossard, de gastar quatro quintos da verba recebida pelo Ministério, em almoços, coquetéis e até cigarros, o grupo SOS — Ação Mulher de Campinas, SP, imediatamente se manifestou: "Nós corremos até o risco de perder o vínculo com o Ministério, nossos salários e até ter que fechar o SOS por algum tempo, mas temos que responder ao ministro de cabeça erguida".

Desde que surgiu, o SOS — Ação Mulher tinha por objetivo atender mulheres vitimadas pela violência, promover cursos, palestras e debates o papel da mulher, além de fazer um estudo de mercado para buscar formas de autonomia econômica para o SOS. Como qualquer órgão, gasta parte da verba em materiais de limpeza, cigarros e bolachas para oferecer às mulheres e crianças que vão lá para serem atendidas.

"O erro", explica Mani Alvarez, do SOS, "foi termos tido boa fé em mandar todas as notas de despesas discriminadas para Brasília". Enquanto isso, em outro lugar do reino, outras vão acontecendo que ninguém vê... ou não quer ver.

Recado de Campos

O grupo **Palavra de Mulher**, Campos, RJ, comunica seu novo endereço: Rua Conselheiro José Fernandes 475/101, CEP 28100. O Palavra de Mulher acaba de publicar um trabalho que se chama "Dados Preliminares sobre Violências Físicas contra a Mulher ocorridas na cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro no ano de 1985". Nesse trabalho foram levantados na imprensa local 146 casos de violências contra a mulher tais como espancamentos, estupro, assassinatos ou tentativas. Quem quiser adquirir "Dados Preliminares" pode escrever para Vera Lúcia Pletitsch, no **Palavra de Mulher**.

O que nos sobra



Foto: Maya e sua boneca

A separação do MULHERIO me deixou muito triste. Uma melancolia que se repete a cada nova separação, ainda que saiba racionalmente que esse é o caminho do crescimento, da maturidade e da liberdade.

No entanto, a separação do MULHERIO me reporta a outra separação, igualmente dolorosa — a das MÃES DA PRAÇA DE MAIO, divididas recentemente em dois grupos. Essas mulheres, que com seus lenços brancos e uma imensa coragem, rastream os seus filhos desaparecidos nos anos governados pelas Juntas Militares. Não os encontraram. Mas com sua busca ofereceram a todos nós, argentinos, a liberdade em que vivemos.

As MÃES vieram de setores sociais muitas vezes antagônicos. Têm diferentes idéias políticas e culturais. Todavia, enquanto existiu o torturador, elas se mantiveram coesas, unidas, indivisíveis. Contra a ditadura, a união fortaleceu o clamor: "Com vida os levaram, com vida os queremos".

Paradoxalmente, a democracia, com sua recém conquistada liberdade, a ausência do repressor e fundamentalmente a intuitiva certeza de que seus filhos foram assassinados, dividiu as MÃES DA PRAÇA DE MAIO. Essas mulheres pioneiras contra o medo recuperaram a dignidade de um país demasiadamente comprometido pela cumplicidade do silêncio. Mas não conseguiram continuar juntas na liberdade. A divisora das águas é uma postura diferente frente ao governo democrático. O grupo presidido por Hebe Bonafini é mais radical. O de Nora Cortinas, mais tolerante com as morosidades da democracia.

É certo, também, que fraturadas, divididas ou separadas, elas, pela vi-

da afora, seguirão sendo sempre as MÃES DA PRAÇA DE MAIO.

O que mantêm unidos os grupos de mulheres? Existimos apenas no homem que criticamos? A razão de nossa existência se justifica na ideologia machista que combatemos?

Como no caso das MÃES, vale a pena nos perguntarmos o que é que une e agrupa as mulheres: o que criticamos ou o que nos especifica como mulheres?

E este é, a meu entender, o grande desafio da sobrevivência dos grupos femininos. Construir A FORÇA SOBRE O QUE NOS SOBRA, E NÃO SOBRE O QUE NOS FALTA. Quanto mais conheço a condição feminina, mais me reconheço nas minhas iguais. Devemos nos separar sim, do grupo estreito, pequeno e débil, para nos transformarmos em uma grande confraria universal, e ainda que isto seja uma utopia mística, acho que sempre é mais fácil sobreviver na ilusão do possível que na destruição daquilo que não conseguimos.

Além das óbvias reivindicações sociais de igualdade, nós mulheres devemos indagar profundamente, em segredo quase, sobre nossa contraditória maneira de sermos mulheres e esposas. As antagônicas EVAS e MARIAS, com as quais a cultura nos dissocia para viver. Esse ancestral sentido de culpa que nos imobiliza quando transgredimos a MARIA para sermos "pecadoras" — para mencionar apenas alguns aspectos da psicologia feminina. E é nesta indagação que nos reconhecemos todas mulheres. Porque, na realidade, a particular ideologia feminina do amor é o que nos torna iguais, o que nos une. Em

troca, são as decadentes ideologias masculinas do poder, o que nos separa.

Não me escapa a politização que ainda domina os debates femininos. Nem creio que nossas reivindicações sociais devam ser deixadas de lado,

senão encontrar um novo espaço de reafirmação feminina, construindo sobre o que nós, mulheres, temos de diferente e específico. Nos fortalecemos no que temos de melhor: a emotividade, a ternura. Seremos mães de nós mesmas, nos despojando do que temos interiormente como trava e como mito.

Contudo, separadas, brigadas ou divididas, acredito que já nos fortalecemos ao questionar sobre o que nos sucede. Porque, na dor e na fratura, sobrevem necessariamente nosso crescimento como pessoas.

Norma Morandini

Assassino solto

Delvita Silva Prates Vasconcelos, casada, grávida de quatro meses e com um filho, foi assassinada e encontrada num matagal. O assassino? O próprio marido, Francisco de Assis Vasconcelos, que depois de dois meses de prisão foi libertado. Telegramas contra este ato arbitrário devem ser enviados ao Juiz Presidente do 1º Tribunal do Juri da Capital de São Paulo: "Gostaria que reapreciasse o pedido de liberdade provisória que foi concedido ao réu Francisco de Assis Vasconcelos, uma vez que tal benefício já havia sido impugnado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A liberdade provisória concedida feriu os mais elementares princípios do direito e da Justiça".

Antonieta Saa nos cárceres de Pinochet

Maria Antonieta Saa, educadora e cientista social chilena, conhecida por seu trabalho de ajuda e conscientização de grupos de mulheres pobres no Chile, pela luta contra a violência, tortura e prisões arbitrárias, foi detida juntamente com outros 13 membros da Assembleia da Cidadania.

Opositora ao governo Pinochet, a Assembleia da Cidadania convocou uma greve geral no início de julho. A resposta da ditadura foi violenta. Adolescentes foram golpeados e queimados pela polícia e abandonados na periferia da cidade: oito pessoas morreram e inúmeras ficaram feridas.

Adriana Santa Cruz (FEMPRESSILET) ressalta a situação precária em que vivem as presas políticas: dentre outras arbitrariedades, só podem receber visitas duas vezes por semana e o espaço para recreação é exclusivo dos presos políticos homens. E conclui: "O caso da detenção e prisão de Antonieta Saa permite ver que os desafios da democracia e respeito aos

direitos humanos da mulher são bem mais complexos que tentar obter igual remuneração por igual trabalho. A isto terá que ser acrescentado que a igual delicto, igual castigo e até a igual injustiça, igual arbitrariedade".

Nós, brasileiros e brasileiras, que temos vivos na memória os anos sombrios da ditadura, condenamos mais este crime contra os direitos humanos. Maria Antonieta Saa encontra-se agora em liberdade condicional aguardando julgamento.

Telegramas de solidariedade para o Ministério do Interior com cópia para o Comitê de Solidariedade Maria Antonieta Saa, Bellavista, 0547, Santiago, Chile.



C. Bonafini - E. Bonafini

Conselheiras

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promoveu, nos dias 28, 29 e 30 de julho, o 1º Encontro Nacional dos Conselhos dos Direitos da Mulher, que foi realizado em Brasília, com a presença de conselhos estaduais e municipais. Além de avaliarem seus trabalhos e trocaram experiências, os conselhos analisaram suas relações internas, com o Estado e com os movimentos de mulheres. O último dia foi todo dedicado à Educação. Participaram do Encontro os conselhos de Cuiabá, Curitiba, Natal, Araguari, São Paulo, São Roque, Toledo, Aracaju, Goiânia e Salvador; e os estados de Minas Gerais, Acre, Ceará, Paraná e São Paulo.

Delegacias da Mulher

Nos dias 17 e 18 de setembro, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promoverá o 1º Encontro Nacional de Delegadas em Brasília, na sede do Conselho. Participarão 26 delegacias da Mulher de todo o país. O papel social e a competência das delegacias, os recursos institucionais para o acompanhamento à mulher violentada e o sistema judiciário frente às diversas formas de violência contra a mulher serão alguns temas abordados no Encontro.

1988 (12) (1) Mulheres em Movimento



MATRONA DE VILA ORATÓRIO

Vida madrasta. Mulher encostada à porta escorando a entrada; com os ombros, os peitos, a barriga. É forte feito uma viga de concreto. Macia como a banha com que cozinha o seu caldo. Prozeia com a desgraça como se fosse a vizinha. Tem um longo trato com choradeiras. Aproveita qualquer água que desça, em seu benefício. Se é a da chuva, para lavar os cabelos, xampú de Deus. Se é a dos olhos, para reclame vistoso sem pagar pelo anúncio. Faz o seu drama ali, na soleira, da casa para a rua, com o gosto de uma boa atriz matraca. Mil vezes repete o ato. Áspera. E ainda assim pura banha animal. Derrete-se ao sol a sua alma de claras em neve e deixa, para que a lembrem, um pouco do seu peso fora de prumo, um desconforto nas ilhargas, mulher, mulher descadeirada, como tantas.

Zulmira Ribeiro Tavares

Zulmira Ribeiro Tavares recebeu em agosto na Bienal do Livro (São Paulo) o Prêmio Mercedes-Benz de Literatura, pela primeira vez dado a um autor nacional. Seu livro **O nome do bispo** foi considerado a melhor obra de ficção nacional publicada desde 1983.

